

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AGRONEGÓCIO

NELSON DE CASTRO NETO

**OS DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA PRODUÇÃO ORGÂNICA:
ANÁLISE DO PROJETO CULTIVANDO ÁGUA BOA (CAB), NA BACIA
DO PARANÁ 3.**

TOLEDO

2011

NELSON DE CASTRO NETO

**OS DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA PRODUÇÃO ORGÂNICA:
ANÁLISE DO PROJETO CULTIVANDO ÁGUA BOA (CAB), NA BACIA
DO PARANÁ 3.**

**Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Desenvolvimento Regional e
Agronegócio, Do Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, da Universidade
Estadual do Oeste do Paraná – *Campus
Toledo*, como requisito parcial à obtenção
do título de Mestre em Desenvolvimento
Regional e Agronegócio.**

**Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rúbia Nara
Rinaldi**

TOLEDO

2011

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

C355d Castro Neto, Nelson de
Os desafios e potencialidades da produção orgânica :
análise do Projeto Cultivando Água Boa (CAB) , na Bacia do
Paraná 3 / Nelson de Castro Neto -- Toledo, PR : [s. n.], 2011.
100 f.

Orientadora: Dra. Rúbia Nara Rinaldi
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e
Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas

1. Agricultura familiar 2 Agricultura orgânica 3. Bacia
hidrográfica do Paraná 3 – Conservação e manejo 4. Água –
Conservação 5. Agricultura sustentável 6. Produtos orgânicos -
Mercado 7. Proteção ambiental 8. Desenvolvimento rural
sustentável I. Rinaldi, Rúbia Nara, Or. II. T.

CDD 20. ed. 338.1098162
631.584

NELSON DE CASTRO NETO

OS DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA PRODUÇÃO ORGÂNICA: ANÁLISE DO PROJETO CULTIVANDO ÁGUA BOA (CAB), NA BACIA DO PARANÁ 3.

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Rúbia Nara Rinaldi
Universidade Estadual do Oeste do Paraná -
Unioeste

Prof. Dr. Jefferson A. Ramundo Staduto
Universidade Estadual do Oeste do Paraná -
Unioeste

Prof. Dr. Adilson Reidel
Instituto Federal do Paraná - IFPR

Toledo, 30 de agosto de 2011.

*Dedico esta pesquisa aos meus pais e à toda minha família e em especial a
Marcela, minha esposa e companheira, com muito amor e carinho.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, meu agradecimento especial à Professora e orientadora Dr^a. Rúbia, pela motivação, incentivo, paciência e dedicação por ter contribuído para o meu crescimento cultural e para minha formação acadêmica e profissional.

Agradeço a todos os professores de mestrado que fizeram parte da minha formação e que contribuíram para esta minha conquista: Prof. Dr. Jeferson, Prof. Dr. Pery, Prof. Dr. Weimar, Prof. Dr. Jandir, Prof. Dr. Rippel, Prof. Dr. Piacenti, Prof. Dr. Silvio, Prof^a. Dr^a. Mirian, Prof. Dr. Alfredo e Prof. Phd. Yvan Desbiens que, ao longo dos últimos dois anos, se dedicaram tanto para o desenvolvimento do conhecimento.

À minha amiga e companheira Marcela que contribuiu muito para este trabalho, pelo amor e apoio nos momentos de dificuldades.

Ao meu amigo e Professor Marcio Ghizzo, pelo incentivo, pelas críticas e sugestões imprescindíveis para o desenvolvimento deste trabalho e também por esta conquista.

À ITAIPU BINACIONAL, pelo auxílio na identificação dos produtores familiares, em especial ao Sr. João Luis Dreinak.

As associações e aos produtores familiares orgânicos que gentilmente participaram da pesquisa e entrevistas com a maior atenção e carinho, buscando um melhor desenvolvimento da cadeia produtiva orgânica. Em especial a Associação dos Produtores Orgânicos de São Miguel/Pr - APROSMI, pela atenção à pesquisa, destacando o técnico Adelar Oliveira pelo forte apoio. E também aos senhores Walmir Anderle, Herbert Lamp e Senilda Lenz que me deram todo apoio necessário.

Aos amigos e professores da nossa língua portuguesa, Jucélia e Jeferson Cadamuro, a quem agradeço muito pela paciência e dedicação.

Aos amigos e colegas de trabalho, um agradecimento especial pela paciência, carinho e compreensão nos momentos mais difíceis. Em especial os colegas Bruno, Elton e Roseli, por terem contribuído com alguns materiais para esta pesquisa.

À UTFPR e ao IFPR, em que fiz e faço parte do time, um agradecimento especial pela paciência e compreensão nos momentos difíceis de conciliação. E a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram com a realização deste trabalho.

“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”. **Paulo Freire**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA	15
1.2. OBJETIVOS	18
1.2.1. Objetivo Geral	18
1.2.2. Objetivos Específicos	18
1.3. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	19
2. REVISÃO TEÓRICA	20
2.1. ESPECIFICAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	20
2.1.1. Região Sul, Oeste do Paraná e a Agricultura familiar	26
2.1.2. Agricultura Orgânica familiar e a Sustentabilidade Rural	27
1.2 PRODUÇÃO ORGÂNICA: CERTIFICAÇÃO E AS PERSPECTIVAS DO SETOR	34
2.3 CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO PARA A PRODUÇÃO ORGÂNICA	47
3. PROJETO CULTIVANDO ÁGUA BOA NA BACIA DO PARANÁ 3 - BP3: CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	55
4. OS DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA PRODUÇÃO ORGÂNICA: ANÁLISE EMPÍRICA	62
4.1 APRESENTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	62
4.1.1 População de estudo e a coleta de dados	62
4.1.2 Instrumentos de Pesquisa	64
4.1.3 Construção do instrumento semiestruturado de pesquisa	65
4.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS EMPÍRICOS	66
5. CONCLUSÕES.....	83
6. REFERÊNCIAS.....	87
ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO PARA O PRODUTOR DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE DO PARANÁ.....	95

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Selo SisOrg do MAPA – 2010.....	40
Figura 2 - Representação das ações de desenvolvimento e dos eixos de sustentabilidade da agricultura familiar do projeto CAB.....	56
Figura 3 – Mapa de localização da Bacia do Paraná 3 – Oeste do Paraná.....	57
Figura 4 – Mapa da Bacia Hidrográfica do Paraná 3 – Oeste do Paraná.....	58
Gráfico 1 – Participação do PIB no Agronegócio Familiar – 2004.....	25
Gráfico 2 – Evolução da área produzida de orgânicos no mundo – 2011.....	34
Gráfico 3 – Os dez países com maior área de produção orgânica mundial – 2009.....	35
Gráfico 4 – Frequência de concentração de nitrato (N-NO ₃) nas folhas de alface segundo diferentes métodos de cultivo. VALORES EM 10 ³ mg/kg.....	44
Gráfico 5 - Representação da estrutura do canal de distribuição em nível de interdependência dos agentes.....	50
Gráfico 6 – Tamanho médio das áreas de produção orgânica – 2011.....	68
Gráfico 7 – Principais locais que os produtores orgânicos buscam informações para a produção – 2011.....	73
Gráfico 8 – Principais formas de distribuição e comercialização utilizadas pelos produtores pesquisados – 2011.....	74
Gráfico 9 – Principais dificuldades de comercialização pelo varejo – 2011.....	76
Gráfico 10 – Principais dificuldades na conversão para a produção orgânica – 2011.....	77
Gráfico 11 – Principal mudança para o produtor na conversão da produção – 2011.....	79
Gráfico 12 – Principal benefício conquistado pelo produtor inserido no projeto CAB pela conversão da produção – 2011.....	81

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 - Estrutura da Dissertação.....	19
Tabela 1 - Participação das propriedades familiares que obtiveram financiamento 2006	24
Tabela 2 – Distribuição dos estabelecimentos produtores de orgânicos, segundo os grupos da atividade econômica – Brasil - 2006	36
Tabela 3 – Uso de agricultura orgânica nos estabelecimentos, segundo as Grandes Regiões da Federação Brasil – 2006	37
Tabela 4 - Objetivos dos agentes dos canais de distribuição.....	49
Tabela 5 – Sistematização dos objetivos e variáveis das questões semiestruturadas.....	65
Tabela 6 – Associações, Municípios e os produtos da agricultura orgânica na região do BP3 - 2011	70

LISTA DE ABREVIÇÕES

AF: Agricultor Familiar
ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural
BP3: Bacia do Paraná 3
CA: Certificação por auditoria
CAB: Cultivando Água Boa
CAPA: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CMMAD: Desenvolvimento Sustentável, segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
Conab: Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CSVD: Controle Social na Venda Direta
DRS: Desenvolvimento Rural Sustentável
FAO: Organização das Food and Agriculture Organization/ Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
IAPAR: Instituto Agrônômico do Paraná
IB: Itaipu Binacional
IBD: Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMETRO: Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONG: Organização Não Governamental
ONU: Organização das Nações Unidas
PAA: Programa de Aquisição de Alimentos
PAIS: Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PIB: Produto Interno Bruto
PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAG: Sistema Agroalimentar
SEAB: Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SEBRAE/PR: Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas do Paraná
SPG: Sistema Participativo de Garantia
TECPAR: Instituto de Tecnologia do Paraná
USDA: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
VBP: Valor Bruto da Produção

CASTRO, N. N. **OS DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA PRODUÇÃO ORGÂNICA: ANÁLISE DO PROJETO CULTIVANDO AGUA BOA (CAB), NA BACIA DO PARANÁ 3.** 2011. 100 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus Toledo*.

Resumo

A agricultura familiar vê na agricultura orgânica uma estratégia para promover seu desenvolvimento econômico e social, agregando valor aos seus produtos. Essa nova perspectiva vem sendo construída e se expressa na ideia de “sustentabilidade no campo”. Nesse sentido, a agricultura familiar como produção agroecológica, somada às práticas de consumo consciente, pode ocupar um espaço importante no cenário comercial e representar uma ação integrada na preservação ambiental, social e econômica. Buscando auxiliar o produtor nesta conversão da produção, a ITAIPU BINACIONAL (IB) em 2003, por meio do projeto Cultivando Água Boa (CAB), pretendeu estimular e auxiliar os agricultores familiares em 29 municípios da Bacia Hidrográfica do Paraná 3 (BP3), localizada no Oeste do Paraná. A questão que orienta este estudo é: a partir da percepção dos agricultores, a conversão da produção convencional para orgânica - a partir do projeto CAB - trouxe benefícios e agregação de valor aos produtores envolvidos no projeto? A metodologia utilizada neste trabalho foi qualitativa, com entrevistas semiestruturadas e de análise descritiva, assumindo o caráter de um estudo de caso. Os setores alvo da pesquisa foram os produtores familiares, associações, cooperativas e as empresas gestoras, vinculadas ao projeto CAB. Os resultados obtidos neste trabalho possibilitaram uma análise social e econômica com relação à conversão dos produtores da agricultura familiar orgânica do BP3. No aspecto social, foi possível esclarecer questões sobre ganhos, relacionamentos e o estímulo à criação de redes de cooperação. Já no aspecto econômico, identificou-se que para os produtores a conversão para produção orgânica representa maior renda e melhores expectativas econômicas. Para os entrevistados, este tipo de cultivo se adapta bem à agricultura familiar, oferecendo uma redução de custo e uma menor dependência de insumos externos. Para concluir, identificou-se que os principais benefícios trazidos para os agricultores na região em estudo, referem-se às questões que envolvem a saúde da comunidade, alimentação saudável e qualidade de vida para todos os envolvidos na cadeia produtiva orgânica. Entretanto, avanços são necessários no que se refere à assistência técnica e tecnologia para o aumento de capacidade produtiva.

Palavras-chave: Produção orgânica; CAB; Agricultura familiar; Agregação de valor; Sustentabilidade Rural.

CASTRO, N. N. **CHALLENGES AND POTENTIAL OF ORGANIC PRODUCTION: ANALYSIS OF PROJECT Cultivating Good Water (CAB), PARANA BASIN 3.** 2011. 100 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* Toledo.

ABSTRACT

Family farming in organic agriculture sees a strategy to promote their economic and social development, adding value to their products. This new perspective has been constructed and expressed in the idea of "sustainability in the field." In this sense, the family farm and agro-ecological production, combined with the practices conscious consumption, can occupy an important place in the business landscape and represent an integrated environmental conservation, social and economic. Seeking to assist the manufacturer in the conversion of production, the Itaipu binational (IB) in 2003, through the project Cultivating Good Water (CAB), intended to encourage and assist farmers in 29 municipalities in Paraná Watershed 3 (BP3), located in West of Paraná. The question that guides this study is: from the perception of farmers, the conversion from conventional to organic production - from the CAB project - has brought benefits and value to producers involved in the project? The methodology used in this study was qualitative, with semi-structured interviews and descriptive analysis, assuming the character of a case study. The survey's target sectors were small farmers, associations, cooperatives and business management, linked to the CAB project. The results obtained in this work allowed a social and economic analysis with respect to the conversion of organic family farmers from the BP3. In the social aspect, it was possible to clarify questions about earnings, relationships and stimulate the creation of cooperation networks. In the economic aspect, it was found that for farmers converting to organic production means higher income and better economic expectations. For respondents, this type of cultivation is well suited to family farms, providing a cost reduction and less dependence on external inputs. In conclusion, we found that the main benefits brought to farmers in the region under study, refer to the issues surrounding community health, healthy eating and quality of life for everyone involved in organic production chain. However, advances are needed with regard to technical assistance and technology to increase production capacity.

Keywords: Organic Production, CAB; Family agriculture; Adding value; Rural Sustainability.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar no Brasil tem grande importância socioeconômica na geração de renda e na produção de alimentos. Segundo Lourenzani (2005), no Brasil, no meio rural, os agricultores familiares são os que geram mais empregos e fortalecem o desenvolvimento local, pois distribuem melhor a renda, são responsáveis por uma parte significativa da produção bruta nacional, respeitam mais o meio ambiente e, principalmente, potencializam a economia nos municípios onde vivem e com os quais fazem fronteira.

Entretanto, algumas questões precisam ser ponderadas ao discutir-se a sustentabilidade da agricultura familiar, tanto do ponto de vista econômico, como social. Wilkinson (2008) ao discutir as principais tendências observadas com relação à agricultura familiar na década de 90, argumenta que ela precisa alcançar novos níveis de qualidade e novas escalas de produção, o que demanda inovações organizacionais de ação coletiva, além da incorporação de novas tecnologias e práticas agrícolas. Da mesma forma, os agricultores familiares precisam desenvolver iniciativas autônomas que abram alternativas às formas tradicionais de intermediação dos mercados.

Wilkinson (2008) ainda destaca o surgimento de “muitos novos mercados de nicho e, inclusive, de mercados de maior abrangência potencial (orgânicos)¹, que podem oferecer novas oportunidades de inserção da agricultura familiar. Ressalta também o aumento das críticas ao modelo convencional de agricultura, principalmente na ótica do meio ambiente, de resíduos químicos, da defesa dos animais ou da especialização dos processos produtivos. Para o autor, tais pressões colocam a agricultura familiar em uma posição privilegiada para aproveitar o novo mercado de orgânicos em rápida expansão.

Percebe-se que a produção de orgânicos é um dos ramos do setor alimentício mundial de maior crescimento (FARINA e MACHADO, 1999), difundida em mais de 142 países. Em termos de vendas, num período de dez anos, a expansão mundial do produto passou de 3,6 bilhões de dólares em 1997 para 46,1 bilhões em 2007 (WILLER; KILCHER, 2009). Além disso, segundo Campanhola e Valarini (2001), a agricultura orgânica tem se destacado como uma das alternativas de renda para os pequenos agricultores devido à crescente demanda mundial por alimentos mais saudáveis. Estes números confirmam o

¹ Esta terminologia é adotada por Wilkinson, John. Mercados, Redes e Valores: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008, p.14.

destaque desta atividade e a oportunidade de renda que está se estabelecendo para a agricultura familiar.

Porém, ao mesmo tempo em que a área rural no Paraná foi se transformando, começou a se desenvolver, naquela espacialidade, novas formas de sustentabilidade para os pequenos proprietários que resistiram à modernização da agricultura. Trata-se de estruturas agro familiares que começaram a fornecer produtos hortícolas para o espaço urbano devido ao crescimento demográfico. Estas pequenas propriedades, até hoje, objetivam abastecer as cidades localizadas em suas proximidades com alimentos da olericultura. Esses olericultores são chamados de produtores do “Cinturão Verde” - *Green Belt* – porque, normalmente, se localizam no entorno destas cidades.

Acredita-se que uma proposta para um futuro próximo de sustentabilidade e desenvolvimento socioeconômico para a agricultura familiar, e um consumo saudável para a população urbana, seria a transformação desta produção hortícola convencional dos pequenos produtores próximos aos centros urbanos em uma agricultura orgânica. Tal iniciativa poderia estimular a sustentabilidade da agricultura familiar, não apenas no que tange a uma sobrevivência digna do produtor e sua família, com a preservação do meio ambiente, mas também do atendimento das necessidades da população com produtos mais saudáveis, com preço adequado.

Entretanto, a produção orgânica ainda representa um desafio, pois apesar de ser apontada por vários estudiosos como uma forma de agregar valor e qualidade aos produtos oriundos da agricultura familiar, o cultivo de orgânicos apresenta várias dificuldades para o pequeno produtor, como a falta de assistência técnica especializada, o uso intensivo de mão-de-obra e o aumento da capacidade produtiva.

Buscando auxiliar o produtor nesta conversão e na comercialização da produção, a ITAIPU BINACIONAL (IB) localizada no Oeste do Paraná, resolveu fomentar a sustentabilidade rural por meio do projeto Cultivando Água Boa (CAB). O CAB foi criado em 2003 e objetiva, a partir de metodologias participativas, oferecer aos agricultores familiares um apoio para o desenvolvimento no processo produtivo. O projeto pretende estimular a transformação da produção familiar convencional para a produção orgânica, ajudando a organizar a comercialização, oferecendo assistência técnica da produção, e ainda, promovendo a sustentabilidade econômica, social e ecológica.

De acordo com a ITAIPU (2010), o projeto pretende beneficiar aproximadamente mil agricultores familiares orgânicos, ou em conversão, atendidos diretamente e atendidos em

atividades de capacitação, treinamento e eventos voltados para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar; e ainda 15 mil consumidores beneficiados por meio dos canais de distribuição da produção orgânica - feiras, lojas, cestas verdes e vendas diretas em hospitais, restaurantes e escolas. Neste sentido, a comercialização planejada e direcionada dos produtos rurais da agricultura familiar orgânica representa também um estímulo ao estreitamento da relação com os consumidores.

Observa-se que o projeto Cultivando Água Boa faz parte de uma estratégia local da ITAIPU BINACIONAL, que visa o cuidado com a água e com o desenvolvimento sustentável ambiental da Bacia Hidrográfica do Paraná 3, localizada no oeste do Paraná, na confluência dos rios Paraná e Iguazu.

A Bacia Hidrográfica do Paraná 3 é uma região rica em recursos naturais. Porém, como toda fronteira agrícola, também sofreu as consequências do desmatamento acelerado e da ocupação territorial desordenada, ocorrências comuns da agricultura convencional. Com o tempo, os passivos ambientais começaram a aparecer, como a desflorestação da mata nativa, a erosão do solo e a contaminação das águas e do solo com dejetos de animais, agrotóxicos, esgoto e lixo.

Assim, o projeto CAB entende que a sustentabilidade rural proporcionada pela conversão da produção da agricultura familiar e a criação de um sistema integrado de comercialização almejada pelo projeto, pode ser uma saída para a diminuição dos danos iminentes da agricultura convencional, mas também, para fomentar o desenvolvimento regional da agricultura familiar.

Neste sentido, este trabalho teve a mesorregião Oeste do Paraná como área de estudo, e pretendeu compreender a estrutura do projeto Cultivando Água Boa: Como as relações do plano gestor e dos agentes da cadeia produtiva da agricultura familiar no que se refere à forma de conversão, os benefícios, as dificuldades técnicas e as questões mercadológicas. Optou-se por adotar a percepção dos produtores, dos gestores e o plano inicial do projeto, como forma de avaliação dos resultados alcançados e os benefícios da comunidade envolvida.

1.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

Em 2003, a Itaipu lançou o projeto Cultivando Água Boa – CAB da ITAIPU BINACIONAL, com a finalidade de estimular na região da BACIA DO PARANÁ 3 (BP3) a criação um sistema socioambiental sustentável. Para a ITAIPU, este plano também solucionaria algumas situações históricas com relação às práticas danosas e os passivos ambientais que ficaram desde sua construção, como exemplos: O assoreamento², a eutrofização³, agrotóxicos e desmatamento. Uma das ações do projeto, para atingir a sustentabilidade socioambiental, foi a sustentabilidade rural, que busca promover a atuação das comunidades locais rurais no desenvolvimento ecológico e sustentável da produção, com a finalidade de fomentar os cuidados com a água, o solo e oferecer ao pequeno produtor uma estabilidade econômica e bem estar social. Para isso, foram criados alguns conjuntos de medidas para compor o plano principal, uma delas foi à conversão de suas produções rurais convencionais para orgânicas, com assessoria técnica e a criação de um modelo de comercialização.

Assim, a questão que orientou este estudo foi: A partir da percepção dos agricultores, a conversão da produção convencional para orgânica, a partir do projeto CAB, trouxe benefícios e agregação de valor aos produtores envolvidos no projeto?

Observa-se que a literatura apresenta a conversão como uma importante forma de diferenciar a produção e aumentar a rentabilidade do pequeno produtor. Porém, é preciso avaliar as reais condições que as unidades familiares apresentam para esta conversão. A produção orgânica é intensiva em mão de obra, muito mais que a produção convencional. Assim, se por um lado isto é um elemento que interessa, pois auxilia a retenção da população no campo, por outro lado é um dos grandes gargalos encontrados hoje. Outro aspecto a ser discutido diz respeito à agregação de valor dos produtos orgânicos. Às vezes, o produtor recebe mais pelo produto. Todavia, o que ele gasta para produzir tais produtos também é um volume maior, já que envolve mais mão-de-obra, mais assistência técnica. Muitas vezes são os intermediários que acabam se apropriando da renda gerada, principalmente quando o

² **Assoreamento:** o depósito de sedimentos na entrada principal do reservatório, em Guaíra, tem atingido a média de 6 a 7 milhões de toneladas por ano. Somam-se a isso as milhares de toneladas de terra lançadas nos rios da bacia, que desembocam também no reservatório. A erosão do solo é a principal causadora desse processo (ITAIPU, 2010)

³ **Eutrofização:** juntamente com o solo, acabam sendo carregados também para as águas do reservatório fertilizantes e matéria orgânica provenientes da agropecuária, suinocultura, avicultura e dejetos das populações urbanas da região. Isso acaba por provocar a proliferação de algas e plantas aquáticas, algumas inclusive tóxicas, que degradam o ambiente do reservatório, impactando nos seus ecossistemas.

produtor tem uma escala de produção muito pequena e encontra dificuldades em comercializar sua produção.

O trabalho se desenvolve em uma das grandes temáticas que permeiam a agricultura familiar brasileira, que corresponde atualmente à produção orgânica, agregação de valor e segurança alimentar, caracterizadas como ferramentas de sustentabilidade socioeconômica e de desenvolvimento regional. Além de garantir uma alimentação saudável para a comunidade, auxilia na preservação do meio ambiente e promove estratégias que assegurem os direitos e a sobrevivência econômica dos pequenos produtores agrícolas.

Observa-se que no decorrer, principalmente da década de 1960 e início da década de 1970, com a modernização da agricultura, muitos dos pequenos produtores agrícolas da região oeste do Paraná não conseguiram mais se manter no campo. Boa parte dos pequenos produtores rurais da região e do Estado, sejam eles agregados, arrendatários ou proprietários, abandonou o campo com o intuito de conseguir trabalho noutro local ou noutro cenário econômico (RIPPEL 2005).

Esta modernização, chamada *revolução verde*, introduziu o uso de insumos químicos na produção, trazendo consequências irreparáveis ao meio ambiente e ao âmbito social e econômico para os pequenos produtores, sem mencionar a saúde da população, pela quantidade de agrotóxicos consumidos nos ingredientes produzidos pela agricultura moderna. A agricultura ficou cara. Produziram-se supersafras, mas com preço elevadíssimo; os trabalhadores rurais perderam seus empregos, e os pequenos produtores perderam suas terras, sendo que muitos dos que ficaram no campo não produzem mais alimentos. (PRIMAVESI, 1997, p.105)

Para Graziano Neto (1985, p.26), o que se verificou foi uma profunda transformação não só nas relações técnicas de produção, mas também nas relações sociais. As relações de trabalho se alteraram, expandindo cada vez mais o uso da mão-de-obra assalariada. Os pequenos produtores, proprietários, posseiros ou parceiros foram sendo expropriados, dando lugar, em certas regiões, à organização da produção em moldes empresariais.

Neste sentido, este trabalho levanta questões referentes ao modo de produção e distribuição de uma cultura agrofamiliar relativamente nova no Brasil, visando realçar a importância de buscar para os pequenos produtores uma equidade socioeconômica e um desenvolvimento sustentável, fortalecendo as bases mercadológicas e buscando na produção

agroecológica uma possível agregação de valor nos produtos da agricultura familiar, e ainda fomentando de maneira local a sustentabilidade socioambiental.

Nota-se que o crescimento do setor justifica o interesse em discutir a cadeia produtiva dos orgânicos na região em estudo, por se acreditar que este possa se constituir em um novo caminho do desenvolvimento sustentável socioeconômico para a agricultura familiar da mesorregião em estudo.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho foi avaliar as dificuldades e os benefícios da transformação da produção convencional para a orgânica, para os agricultores envolvidos no modelo de sustentabilidade rural implantado a partir do projeto CAB, na Bacia do Paraná 3. Como objeto de estudo, serão analisados os produtores olericultores envolvidos na produção orgânica da região propositada.

1.2.2. Objetivos Específicos

- a) Caracterizar o modelo de sustentabilidade rural implantado a partir do projeto CAB;
- b) Compreender a forma de comercialização integrada da produção orgânica proposta pelo projeto CAB;
- c) Levantar a representatividade da transformação da produção convencional para orgânica, no que tange à agregação de valor da produção e da melhoria da qualidade de vida dos produtores envolvidos no projeto.

1.3. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Este trabalho está dividido em cinco partes. O Quadro 1 apresenta a forma como esta dissertação foi estruturada.

Quadro 1 – Estrutura da Dissertação

Capítulo 1 – INTRODUÇÃO 1 - Introdução; 1.1 - Especificação do Problema e Justificativa; 1.2 - Objetivos; 1.3 - Estrutura da Dissertação.
Capítulo 2 – REVISÃO TEÓRICA 2.1 - Especificidades da Agricultura Familiar; 2.1.1 – Região Sul, Oeste do Paraná e a Agricultura Familiar; 2.1.2 – Agricultura Orgânica Familiar e a Sustentabilidade Rural; 2.2 – Produção Orgânica: Certificação e as perspectivas do setor; 2.3 – Canais de Distribuição para a agricultura orgânica.
Capítulo 3 – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO CULTIVANDO ÁGUA BOA - BP3 Caracterização do objeto de estudo
Capítulo 4 – OS DESAFIOS E PONTENCIALIDADES DA PRODUÇÃO ORGÂNICA: ANÁLISE EMPÍRICA 4.1 - Apresentação dos procedimentos metodológicos; 4.1.1 – População de Estudo e a Coleta de Dados; 4.1.2 – Instrumentos de Pesquisa; 4.1.3 - Construção do Instrumento Semiestruturado de Pesquisa; 4.2 Análise e Interpretação dos resultados empíricos.
Capítulo 5 – CONCLUSÃO
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
APÊNDICES

O próximo capítulo apresenta a revisão teórica deste trabalho, que objetiva possibilitar maior compreensão sobre as diferentes abordagens teóricas que discutem a agricultura familiar, a agricultura orgânica, os canais de comercialização de produtos orgânicos e a sustentabilidade socioambiental rural.

2. REVISÃO TEÓRICA

Este capítulo fornece os principais pressupostos teóricos deste trabalho. Nele, são discutidas prioritariamente informações acerca das peculiaridades da agricultura familiar e do sistema produtivo de orgânicos no Brasil e na região em estudo.

Inicialmente, apresentam-se as especificidades que caracterizam a agricultura familiar e sua evolução no Brasil, descrevendo as diferentes abordagens que remetem à temática e apresentando dados atuais sobre a agricultura familiar no Brasil e na região abrangida pelo estudo.

Na sequência, são discutidos os conceitos de agricultura alternativa ou agroecológica, como forma de compreender as etapas da cadeia produtiva orgânica e justificar seu uso como alternativa ao equilíbrio ambiental, social e econômico, agregando valor para a agricultura familiar e promovendo a sustentabilidade aos pequenos produtores.

Na terceira parte, são fornecidas algumas características do setor de orgânicos, enfatizando a relação de produção e consumo e do sistema de certificação na produção orgânica, como forma de garantir credibilidade na comercialização dos produtos orgânicos.

No quarto e último momento deste capítulo, são trabalhados os conceitos e fundamentos dos canais de distribuição para a produção orgânica e sua relevância no processo de aproximação do produtor e do consumidor. Neste caso, procura-se fundamentar algumas características da distribuição para a agricultura orgânica, relacionando as características de consumo dos produtos chamados saudáveis e os arranjos produtivos da agricultura familiar.

2.1. ESPECIFICAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

O conceito de pequena produção acaba submetendo a um julgamento prévio sobre o desempenho econômico destas unidades. Segundo Abramovay (1997, p.74), “aquilo que se pensa tipicamente como pequeno produtor é alguém que vive em condições muito precárias, que conta com técnicas tradicionais e que não consegue se integrar aos mercados mais dinâmicos”. Para o autor, fazer tal comentário é desconhecer os dados atuais e o desenvolvimento agrícola tanto no Brasil como em países capitalistas avançados nos últimos anos.

De acordo com o IBGE (2006), no Censo Agropecuário de 2006, o setor agropecuário foi responsável por gerar um Valor Bruto da Produção Total de R\$ 147,26 bilhões, sendo que a receita líquida ficou em R\$ 122,63 bilhões. Os pequenos produtores rurais, a partir dos critérios da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que forneceu o marco legal da agricultura familiar e permitiu a sua inserção nas estatísticas oficiais, foram responsáveis por gerar 47,13% deste total, o que equivale a R\$ 57,49 bilhões. Na sequência aparecem os médios produtores, respondendo por 25,49% da produção total, correspondendo a R\$ 31,25 bilhões; e em terceiro aparece o setor dos grandes produtores rurais, que são responsáveis por gerar um total de R\$ 32,64 bilhões, o que equivale a 26,62% do Valor Líquido da Produção Total (IBGE, 2006).

Ainda, no Censo Agropecuário de 2006 foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Este contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária concentrada no país: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, tomavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares é de 18,37 ha, e a dos não familiares, de 309,18 ha. (FRANÇA, 2009).

No Paraná, dos 371.051 estabelecimentos agropecuários existentes, 81,63% se enquadram na categoria agricultura familiar, ocupando 27,8% da área total dos estabelecimentos. Os agricultores familiares também correspondem por 43% do Valor Bruto da Produção (VBP) do estado e, principalmente, abrigam 70% do pessoal ocupado. O Paraná apresenta percentuais de estabelecimentos de agricultura familiar próximos aos do Brasil e da região Sul, ambos com 84,4% de produtores familiares. Considerando a quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar, a mesorregião Oeste detém o maior número. São 43.752 de estabelecimentos, comportamento esse associado a dinâmicas socioeconômicas e processos históricos de ocupação e colonização (IPARDES, 2006).

Tais dados demonstram a relevância do pequeno produtor para o agronegócio brasileiro e justificam o interesse em compreender melhor como atuam estes produtores, como se articulam, o que produzem, quais canais utilizam para comercializar a produção, entre outros. Destaca-se que a produção agropecuária brasileira ocupa um total de 329.941,393 hectares, o que corresponde 36,75% de todo o território nacional. Observa-se um

total de 5.175.489 estabelecimentos rurais, sendo que 4.367.902 são caracterizados no censo agropecuário de 2006 como estabelecimentos agros familiares (IBGE, 2006).

Ainda pelo censo de 2006, observa-se a relevância que os estabelecimentos menores possuem no cenário nacional. Embora o total de suas áreas represente 30,31% do total, tais estabelecimentos são responsáveis por ocupar 84,36% dos que trabalham no campo. Os pequenos estabelecimentos empregam 12,6 vezes mais pessoas por hectare que os médios e 45,6% vezes mais que os grandes estabelecimentos, que empregam cada vez menos devido à modernização e a constante inserção de tecnologias no campo.

Diante de tais dados, para melhor compreender a importância da agricultura familiar, é necessária uma caracterização mais aprofundada da temática, já que o termo *agricultor familiar* não é consenso na literatura, o que exige o destaque de algumas especificidades da terminologia.

Gasson e Errington (1993) destacam seis características básicas que definem a agricultura familiar. Para eles: a) a gestão é feita pelos proprietários; b) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; c) o trabalho é fundamentalmente familiar; d) o capital pertence à família; e) o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família; e f) os membros da família vivem na unidade produtiva.

Já de acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, citada anteriormente, a agricultura familiar foi assim definida:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;⁴

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

⁴ De acordo com INCRA (2010), a definição de **módulo rural** deriva do conceito de propriedade familiar. Consiste em uma unidade de medida, em hectares, cuja finalidade é exprimir a interdependência entre a dimensão geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições de seu aproveitamento econômico. O **módulo fiscal** corresponde a uma unidade de medida expressa em hectares e fixada para cada município, que procura refletir a mediana dos módulos rurais do município e leva em consideração os seguintes fatores:

- Tipo de exploração predominante no município;
- Renda obtida com a atividade predominante;
- Outras explorações existentes que sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; e
- Conceito de propriedade familiar.

Serve de parâmetro para a classificação do imóvel rural em pequena (entre 1 e 4 módulos fiscais) e média propriedade (superior a 4 e até 15 módulos fiscais). Também é referência para a definição dos beneficiários do PRONAF, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (INCRA, 2010).

- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Observa-se assim que, para se caracterizar como agricultor familiar é necessário que as atividades desenvolvidas na propriedade tenham sua estrutura de mão-de-obra baseada na família e que a renda venha originalmente do próprio estabelecimento.

Dentro das particularidades da agricultura familiar observa-se que, apesar da sua relevância no cenário nacional, há ainda no Brasil um baixo nível de capacitação técnica na gestão da propriedade e da produção (BATALHA, 2005).

Com relação à escolaridade, os dados do censo agropecuário de 2006 (IBGE, 2006) refletem que os produtores rurais são caracterizados por baixa escolaridade, sendo 39% apontados como analfabetos, ou sabem ler e escrever, porém nunca frequentaram a escola. 43% dos produtores entrevistados não têm nem o ensino fundamental completo, ou seja, mais de 80% de produtores rurais são marcados por baixa escolaridade. Em relação às mulheres, que são responsáveis por 13% dos estabelecimentos agropecuários, percebe-se que o analfabetismo atinge uma taxa de 45,7%, sendo que entre os homens o índice de analfabetismo atinge 38,1%. Os índices apresentados pelos demais níveis de ensino são: 8% dos produtores com ensino fundamental completo, 7% para técnico agrícola ou nível médio concluído e 3% dos entrevistados possuem nível superior.

Com relação à renda, de maneira geral, pode-se afirmar ainda que os agricultores familiares apresentam rendas monetárias muito baixas e são detentores de quantidades de terras muito pequenas (IBGE, 2006).

De acordo com Batalha, Buainain e Souza Filho (2005), a maioria dos agricultores familiares caracterizados por baixa produtividade dispõe de pouco capital de giro e encontram dificuldades na obtenção de crédito, enfrentando problemas pelas fortes desigualdades econômicas, sociais e altos índices de pobreza.

Verifica-se, no Censo 2006, que dos 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários, 4,3 milhões não obtiveram financiamentos neste mesmo ano, e as razões declaradas foram a falta de necessidade (51,92%), o medo de contrair dívidas (20,65%) e a burocracia (8,36%). Dos produtores que não obtiveram financiamentos, 85,42% tem área inferior a 100 hectares (IBGE, 2006).

Ainda no que diz respeito ao acesso ao crédito, no ano de 2006, 980 mil estabelecimentos familiares obtiveram recursos. O custeio foi a principal forma para a

finalidade do crédito, representando 493 mil estabelecimentos, seguido da finalidade de investimento. No caso, 391 mil estabelecimentos, além da ajuda do crédito para a comercialização (10 mil estabelecimentos utilizaram para esta finalidade), há também a manutenção do estabelecimento (86 mil estabelecimentos). Porém, de acordo com os dados apresentados, observa-se que, embora os estabelecimentos pequenos apareçam como o setor que mais investiu, os estabelecimentos maiores foram responsáveis por captar um maior volume dos recursos disponíveis.

Segundo Guanziroli et al.(2001), o crédito rural é mais concentrado na região Sul, representando 55% do total em valor do volume de crédito rural disponibilizados aos agricultores familiares e representa 41% das propriedades atendidas, como pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1 - Participação das propriedades familiares que obtiveram financiamento 2006

Estabelecimentos que obtiveram financiamento, por finalidade, segundo a agricultura familiar - Brasil - 2006						
Agricultura familiar	Estabelecimentos que obtiveram financiamento				Total	Total
	Por finalidade					
	Investimento	Custeio	Comercialização	Manutenção do estabelecimento		
Total	390.425	492.628	10.554	86.218	979.825	100%
Região Sul	80.523	310.693	1.450	10.226	402.892	41%
Região Sudeste	62.884	67.373	1.801	18.498	150.556	15%
Região Centro-Oeste	17.726	25.571	407	4.541	48.245	5%
Região Nordeste	206.539	74.185	6.369	45.836	332.929	34%
Região Norte	22.753	14.806	527	7.117	45.203	5%

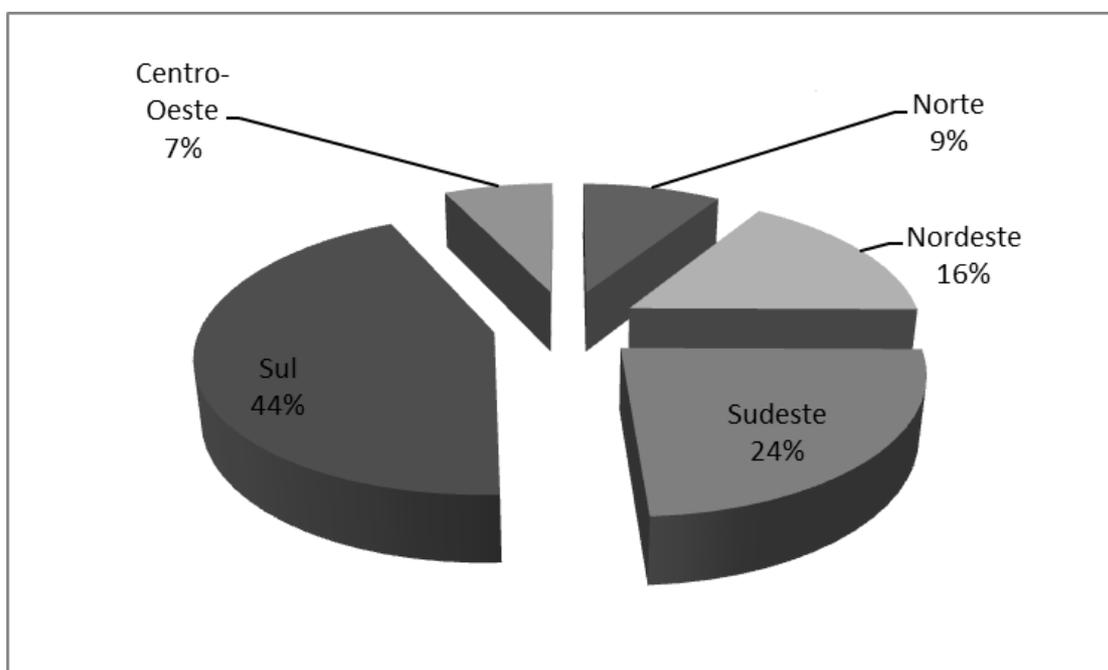
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da base de dados do Censo, 2006 (IBGE, 2006).

Observa-se na tabela 1 a maior participação da região Sul na obtenção de recursos para custeio, valores referentes aos pagamentos de custos da produção, mas os maiores investimentos em maquinário e infraestrutura foram no nordeste, totalizando um número acima de 50% das propriedades atendidas nacionalmente. Ao analisarmos os dados da tabela acima, e relacionarmos com os documentos do Censo 2006, da agricultura familiar, podemos supor que a Região Sul busca mais crédito, pois já confere aos integrantes do estado uma tradição em custear a produção por meio de financiamento. Já dados o IBGE (2006), relacionando os estabelecimentos que não obtiveram o crédito, demonstram que isso ocorre em especial por medo de contrair dívidas.

No que tange ao Produto Interno Bruto (PIB), segundo o censo agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), a agricultura familiar brasileira e as cadeias produtivas a ela interligadas responderam, em 2005, por 9,0% do PIB brasileiro. Tendo em vista que o conjunto do agronegócio nacional foi responsável, em 2005, por 27,9% do PIB, é significativo o registro da importância da agricultura familiar na geração de riqueza do país.

Ao longo do período de 1996 a 2006, aproximadamente um terço do agronegócio brasileiro esteve condicionado à produção agropecuária familiar. No cerne desta questão o agronegócio familiar representa uma importante contribuição no PIB do agronegócio para a economia brasileira, como pode ser observado no Gráfico 1, que ilustra a participação do agronegócio familiar, por região do PIB.

Gráfico 1 – Participação do PIB no Agronegócio Familiar – 2004



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da base de dados do Censo, 2006. (IBGE, 2006)

No Gráfico 1, verifica-se que, no PIB do agronegócio familiar, destaca-se a região Sul, responsável por 44%, seguida pelas regiões Sudeste e Nordeste, cujas participações no total nacional são de, respectivamente, 24% e 16%.

Dando prosseguimento ao trabalho, na próxima seção serão discutidas algumas peculiaridades da agricultura familiar na região sul do Brasil e, mais especificamente, na região oeste do Paraná, onde este estudo foi realizado.

2.1.1. Região Sul, Oeste do Paraná e a Agricultura familiar

A região Sul do país se destaca nacionalmente pela estabilidade social, econômica e política da agricultura familiar, e identifica-se uma melhor distribuição de renda e um nível maior de desenvolvimento humano (GUANZIROLI et al., 2001). Ainda, caracteriza-se por uma maior diversificação na agricultura, representada por várias combinações de rendas agrícolas e uma busca de melhor capacitação profissional.

Os estabelecimentos familiares da Região Sul, que tem em média 21 hectares, representam 21,9% do total dos estabelecimentos familiares do Brasil e ocupam 18% da área total dos estabelecimentos deste tipo, sendo responsáveis por 47,3% do Valor Bruto da Produção - VBP da agricultura familiar brasileira. (BITTENCOURT e DI SABATTO apud BYÉ e SMITH, 2001).

Já no estado do Paraná, dos 371.051 estabelecimentos agropecuários existentes, 81,63% se enquadram na categoria agricultura familiar, ocupando 27,8% da área total dos estabelecimentos. Os agricultores familiares também correspondem a 43% do Valor Bruto da Produção (VBP) do estado e, principalmente, abrigam 70% do pessoal ocupado. O Paraná apresentou percentuais de estabelecimentos de agricultura familiar próximos aos do Brasil e da região Sul, ambos com 84,4% de produtores familiares. Considerando o número de estabelecimentos da agricultura familiar, a mesorregião Oeste detém o maior número, 43.752 estabelecimentos, sendo que esse comportamento está associado a dinâmicas socioeconômicas e processos históricos de ocupação e colonização. E ainda, a região em estudo demonstra um processo de desenvolvimento econômico e social, em que a agricultura familiar é predominante. (IPARDES, 2006).

Com relação à região Oeste do Paraná, Amorin (2007), objetivando entender o perfil socioeconômico dos produtores rurais da região, identificou que as famílias agrícolas geralmente compõem-se por quatro pessoas. Entretanto, são identificadas famílias com oito e nove pessoas. Percebe-se ainda que o grau de escolaridade é baixo, sendo observado que 82,5% dos agricultores frequentaram, total ou parcialmente, o ensino fundamental; 12,5% dos produtores familiares chegaram a cursar o ensino médio. Segundo os dados do Censo Agropecuário 1995/1996, do total 75,44% estão na condição de proprietários do estabelecimento, conforme dados da FAO/INCRA (2000). No Brasil, o percentual de proprietários dos estabelecimentos familiares é de 74,6% e na região Sul 80,8% (FAO/INCRA, 2000, p. 20-21).

Assim, verifica-se que o cenário da agricultura familiar do Oeste do Paraná, onde será desenvolvido o estudo de caso, não difere muito do cenário nacional. Conforme Amorim (2007), ambos vivenciam situações parecidas e enfrentam as mesmas dificuldades, embora a região Oeste do Paraná e o próprio estado apresentem algumas vantagens em relação ao bem-estar social da população. Ainda, segundo Bittencourt (2001), a região Oeste do Paraná é responsável por R\$ 18,0 bilhões do PIB brasileiro, o que corresponde a R\$ 6,5 bilhões do VBP.

Embora percebamos a importância dos números da agricultura familiar na região sul, especificamente no Oeste do Paraná, seria importante, no que tange a agregação de valor as pequenas propriedades, promover uma sustentabilidade socioeconômica. A conversão da produção convencional em orgânica confere importante forma de diferenciar a produção, aumentar a rentabilidade e auferir ao pequeno produtor uma expectativa maior de crescimento e de equidade econômica e social.

2.1.2. Agricultura Orgânica familiar e a Sustentabilidade Rural

Segundo Batalha, Buainain e Souza Filho (2005), uma maneira de fortalecer a agricultura familiar é agregar valor aos seus produtos. Tal agregação de valor pode ser admitida de várias maneiras, enfatizando o desenvolvimento e comercialização da produção, diferenciando seu produto, tornando-o único, e inovando o processo produtivo, através da inserção da tecnologia no campo, que é determinada pelo nível de renda e também pela capacitação da gestão da propriedade.

Wilkinson (1999) complementa afirmando que o futuro dos produtores agrícolas familiares depende da capacidade de criar novas formas organizacionais para alcançar uma articulação dinâmica com os mercados. Assim, novos arranjos e criação de valor são aspectos decisivos para a continuidade da sustentabilidade da agricultura familiar.

Nesse sentido, a agricultura familiar orgânica é uma das formas de se agregar valor à produção ao pequeno produtor, com a diferenciação do produto aliando-se aos incentivos políticos na construção de um modelo sustentável ambiental, social e econômico.

Este modelo socioeconômico sustentável para as pequenas propriedades começou a se consolidar a partir de movimentos do final do século XIX, se contrapondo aos sistemas tradicionais de produção de alimentos, em virtude, principalmente, de seus danos ambientais.

Iniciou-se, assim, a agricultura orgânica, uma corrente para a alimentação saudável e a melhor qualidade de vida.

O desenvolvimento das formas de agricultura agrupadas em torno da noção de agricultura alternativa, sob as bases científicas da agroecologia, constitui uma das estratégias de conversão da agricultura na perspectiva da sustentabilidade. Essa estratégia pressupõe que os sistemas de produção agroecológicos podem atender os interesses dos agricultores e da sociedade em geral, porque são potencialmente mais sustentáveis e competitivos, em termos ecológicos, sociais e econômicos, em relação a outros tipos de agricultura, notadamente a convencional (CAPORAL E COSTABEBER, 2004 e KHATOUNIAN, 2001).

Segundo Rezende (2005) em 1920, surgiram os primeiros modos alternativos de produção agrícola, baseados em quatro vertentes:

- Agricultura Biodinâmica – 1924 – Alemanha – Rudolph Steiner: considerada uma “ciência espiritual”, instituía a interação entre a produção animal e vegetal, como adubação verde e rotatividade de culturas;
- Agricultura Biológica – Anos 30 – Suíça – Hans Peter Müller: sistemas de produção com a preocupação e proteção ao meio ambiente, qualidade biológica dos alimentos e o desenvolvimento de fontes de energia renováveis e sustentáveis;
- Agricultura Natural – 1935 – Japão – Mokiti Okada: religião baseada no princípio da purificação da alma por meio da alimentação saudável, chamada, hoje, de Igreja Messiânica.
- Agricultura Orgânica – 1925 - 1930 – Inglaterra – Albert Howard e, nos EUA, na década de 40, Jerome Irving Rodale: defesa do não uso de adubos artificiais, consistindo em um sistema de produção preocupado com a relação solo-planta-ambiente e um maior respeito com a natureza e os consumidores.

A reação contra a prática da adubação química na agricultura intensificou-se na Europa ainda no início do século XX, quando alguns movimentos valorizavam o uso de matéria orgânica e outras práticas agrícolas favoráveis aos processos biológicos. Esses movimentos, porém, ficaram por muitos anos à margem da produção agrícola mundial, e suas práticas sequer foram validadas pela comunidade científica (EHLERS, 1996, p. 79).

Segundo Archanjo (2001), nos anos sessenta os efeitos nocivos da agricultura tradicional começaram a se revelar, especialmente os resíduos de agrotóxicos encontrados na água, no solo e nos alimentos, tornando-se, assim, mais evidentes. Em diversos países, o movimento ambientalista começou a privilegiar e a cultivar as “agriculturas alternativas”. No Brasil, o movimento alternativo começou a se manifestar durante a década de 70, quando se disseminava o processo de “modernização da agricultura”.

Ao mesmo tempo em que alguns pesquisadores passavam a questionar, no meio acadêmico, os impactos ambientais produzidos pela intensificação do uso da tecnologia na agricultura, experiências agrícolas de produção de alimentos sem agrotóxicos eram bem sucedidas no interior de São Paulo, incrementando o interesse por um sistema de produção sustentável, com manejo e proteção dos recursos naturais.

Na década de 80, já eram visíveis as consequências da transformação da agricultura e, com o crescimento da crítica à agricultura convencional, aumentou o interesse pelas práticas agrícolas consideradas alternativas. A partir dessa época, o crescimento da produção e do consumo de alimentos orgânicos vem apresentando um ritmo considerável no país.

No Brasil, ainda, a mudança no Sistema Agroalimentar (SAG), na década de 90, especialmente com o resultado da abertura internacional do mercado e a estabilização cambial, marcou um aumento da oferta de produtos diferenciados, evidenciando uma nova consciência produtiva e de consumo. A partir de então, novas oportunidades de inserção e novos mercados para produtos orgânicos e artesanais vem sendo desenvolvidos, com a prerrogativa da qualidade associada à produção em pequena escala. Observa-se que os produtos artesanais envolvem forte vínculo com os saberes tradicionais dos produtores, favorecendo a agroindústria familiar.

A agricultura orgânica, assim, pode ser vista como uma forma de diferenciação para o agricultor familiar, que poderia agregar valor a sua produção. De acordo com a Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica:

Art. 1º - Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (BRASIL, Art. 1º, da Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003).

Para que de fato a agricultura seja orgânica, observa-se que é necessário realizar um processo de conversão, ou seja, durante um determinado período, o uso de fertilizantes é suspenso e a terra deve ser trabalhada até que o solo esteja livre de produtos químicos e a

quantidade de nutrientes atinja um nível adequado, sendo que esse procedimento precisa ser certificado (MELLO, 2004).

Observa-se ainda, que estrutural e funcionalmente falando, a agricultura orgânica em larga escala não muda abruptamente em relação à convencional. A maior diferença entre ambas refere-se ao fato de que a orgânica evita o uso de fertilizantes químicos e pesticidas em seus sistemas, ao passo que a agricultura convencional usa tais insumos extensivamente (ALTIERI e NICHOLLS, 2003).

Tal aspecto também é destacado por Wilkinson (2008), quando comenta o pouco uso de insumos externos na agricultura orgânica em relação ao modelo químico da agricultura convencional, bem como a competitividade em custos de um modelo que otimiza o potencial da terra e do trabalho marginal contra o modelo de especialização do tradicional. Com relação aos orgânicos, ocorre ainda uma grande diferenciação na produção devido ao cultivo de culturas sazonais, que produzem apenas em um determinado período ou estação do ano. O retorno econômico é de longo ou médio prazo, pois o investimento para que se possa produzir é baixo, necessitando principalmente de trabalho manual, com presença de pouco fator tecnológico.

Verifica-se que um dos aspectos atrativos da agricultura orgânica é a produção de alimentos com alto valor agregado em virtude da ausência de resíduos químicos, fato que tem levado pequenos agricultores a optar pela produção de orgânicos, pois esta se mostra uma alternativa favorável “na medida em que os produtos obtidos possuem atributos de qualidade bastante valorizados pelos consumidores, como ausência de resíduos químicos e de externalidades negativas ao meio ambiente decorrentes do processo produtivo” (BATALHA, 2005, p.271).

Além disso, esse sistema de produção se ajusta às características da propriedade agrícola familiar, sobretudo para o cultivo de hortaliças, com a utilização intensiva de recursos humanos e a não utilização de insumos químicos, requisitos básicos dos sistemas orgânicos de produção (BATALHA, 2005).

Também para Camponhola e Valarini (2001), a agricultura orgânica tem se destacado como uma das alternativas de renda para os pequenos agricultores devido à crescente demanda mundial por alimentos mais saudáveis. Os autores ainda destacam cinco argumentos para que os pequenos agricultores sejam inseridos na agroecologia:

- a) A produção e comercialização de alimentos tradicionais ou convencionais requer uma produção em escala para compensar os custos crescentes de produção, que resultam na redução das margens de lucro;

- b) os produtos orgânicos apresentam características de nichos de mercado e, portanto, visam atender a um segmento restrito e seletivo de consumidores que têm disposição para pagar um preço por esses produtos;
- c) Refere-se à inserção dos pequenos agricultores nas redes nacionais ou transnacionais de comercialização de produtos orgânicos;
- d) Diz respeito à oferta de produtos especializados que não despertam interesse nos grandes empreendedores agropecuários, podendo citar, entre os produtos, as hortaliças e as plantas medicinais que, historicamente, são produzidas, sobretudo, por pequenos agricultores; e;
- e) coloca o pequeno agricultor em vantagem em relação aos demais grupos de produtores pela diversificação da produção orgânica e a diminuição da dependência de insumos externos no estabelecimento, condições que se constituem em barreira para os grandes produtores orgânicos (CAMPOHOLA e VALARINI, 2001, p.79).

Dessa forma, percebe-se que os sistemas de produção orgânica constituem uma boa oportunidade aos pequenos agricultores, pois embora utilizem mais mão-de-obra e apresentem menor produtividade que os sistemas convencionais, mostram um desempenho econômico, muitas vezes, melhor, traduzido por menores custos efetivos, maiores relações custo-benefício e maiores rendas efetivas (CARMO; MAGALHÃES, 1998, p. 90).

Destaca-se também que a produção e consumo de alimentos orgânicos refletem valores significativos para a economia mundial e para a saúde da população, representando uma forma de sustentabilidade social e econômica para a agricultura familiar e uma forma de manter o equilíbrio entre o homem e o campo, do ponto de vista ambiental. Assim, neste trabalho serão apresentados alguns subsídios teóricos básicos para a compreensão das relações entre agricultura familiar, produção orgânica e desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento Sustentável, segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD da Organização das Nações Unidas é um conjunto de processos e atitudes que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades. Definiu-se que Desenvolvimento Sustentável busca o equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico (CMMDA, 1988).

Uma das questões presentes no debate atual sobre sustentabilidade relaciona-se à agricultura orgânica e alimentação saudável. Nos desafios colocados pela sociedade aos sistemas de produção agropecuários estão incluídos os já conhecidos, relacionados à necessidade de produção de alimentos, fibras e outras matérias-primas em quantidade e qualidade adequadas e, também, as novas exigências da sociedade de que essa produção não contamine o ambiente, não exerça pressão inadequada sobre os recursos naturais e que leve em consideração os aspectos relacionados à equidade social. Assim, exige-se que seja estabelecido um padrão de tecnologia sustentável ao longo do tempo (AZEVEDO, 2002).

Os padrões de tecnologia e de desenvolvimento durável e sustentável terão implicações diretas com relação à exploração dos recursos naturais e do desequilíbrio socioambiental. As mudanças exigidas para a preservação do meio ambiente relacionadas à produção agrícola deverão privilegiar as relações do homem no campo, trazendo benefícios à comunidade rural, pois o que se percebe na agricultura convencional é a lucratividade acima de qualquer coisa, deixando para trás uma disparidade econômica e social entre os produtores da agricultura familiar. A desigualdade social econômica e a falta de sustentabilidade no campo remetem a soluções emergenciais para colocar a qualidade, a segurança alimentar e a saúde pública acima de vantagens empresariais e, assim, conciliar a qualidade de vida e a agricultura orgânica, ou seja, ecológica e sustentável.

Segundo Costa (1997), o papel do Estado de estimular a noção de responsabilidade socioambiental é fundamental, garantindo ainda o funcionamento de um sistema de crédito agrícola, especialmente em sistemas que favoreçam o “Uso Sustentável” mediante as chamadas “*Agriculturas de Base Ecológica*”. “Esta modalidade rural, além de fortalecer as raízes do homem no campo estabelece um modelo alternativo de agricultura familiar, favorecendo a produção de alimentos mais saudáveis” (COSTA, 1997, pg. 63).

No que se refere às políticas públicas que privilegiem a agricultura familiar, observa-se que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em 2003, desenvolveu programas de compras diretas – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), regulamentados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), com a missão de estimular a produção da agricultura familiar e criar um canal eficiente de distribuição da pequena produção, representando um apoio institucional público para a valorização do pequeno produtor.

No âmbito do Estado do Paraná são operacionalizadas três modalidades do PAA: Compra Direta da Agricultura Familiar; Formação de Estoques pela Agricultura Familiar e Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea.

A modalidade de maior expressão no Paraná é a Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, que tem a finalidade de promover a articulação da Agricultura Familiar com os programas sociais. É operacionalizada pela compra de uma grande diversidade de alimentos oriundos da produção de famílias enquadradas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para doação a entidades participantes de programas sociais. As organizações de agricultores e as entidades que receberão os produtos elaboram uma proposta que alie a necessidade de consumo do público

atendido pela entidade e a possibilidade de provisão pelos agricultores familiares do município. Posteriormente, estas propostas são submetidas à aprovação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional ou, na falta deste, de um conselho local atuante. A partir da aprovação da proposta pelas entidades gestoras, a organização de agricultores passa a entregar seus produtos e o pagamento é liberado mediante a comprovação (nota fiscal e termo de recebimento e aceitabilidade) de que os produtos foram entregues nas quantidades e qualidade acordadas.

Como política pública, o PAA apresenta aspectos inovadores importantes, como a isenção de licitação de maneira a permitir a aquisição dos produtos locais da agricultura familiar com preços baseados na cotação média do mercado regional para repassá-los a escolas ou organizações assistenciais que atendem grupos de pessoas carentes. Este processo implica a redução das incertezas por parte do produtor, pois a partir da aprovação das propostas pelo programa ele já passa a ter garantia de mercado para os produtos e quantidades pactuados, bem como do preço de comercialização.

Segundo Ghizelini (2006), o PAA não resolve os problemas de comercialização da agricultura familiar, mas trata-se de um instrumento importante para estimular a reestruturação das redes locais de produção e abastecimento de alimentos, possibilitando a construção de referências de outras formas de comercialização nos municípios.

Com relação à produção de orgânicos, este tipo de incentivo público pode significar uma agregação da produção rural da agricultura familiar, uma vez que, com relação aos valores pagos na operação do PAA e do Programa nacional de alimentação escolar (PNAE), condizente a tabela rural da Conab, os produtos orgânicos têm aproximadamente 30% de remuneração maior do que a produção convencional. Mas, segundo a superintendência regional da Conab, os produtos devem ser certificados por Organismo de Avaliação de Conformidade Orgânico (OAC) (CONAB, 2010).

Verifica-se assim que a transformação da agricultura familiar convencional para orgânica ou agroecológica poderá representar uma estratégia competitiva ao se considerar que os consumidores estão mais informados e exigem produtos mais saudáveis, livres de contaminantes químicos, ou seja, a produção e o consumo de produtos orgânicos representam uma alternativa de sustentabilidade rural, pois neste processo é inevitável a aproximação e a valorização do campo entre os consumidores, significando boas perspectivas para o mercado do agronegócio familiar no Brasil.

1.2 PRODUÇÃO ORGÂNICA: CERTIFICAÇÃO E AS PERSPECTIVAS DO SETOR

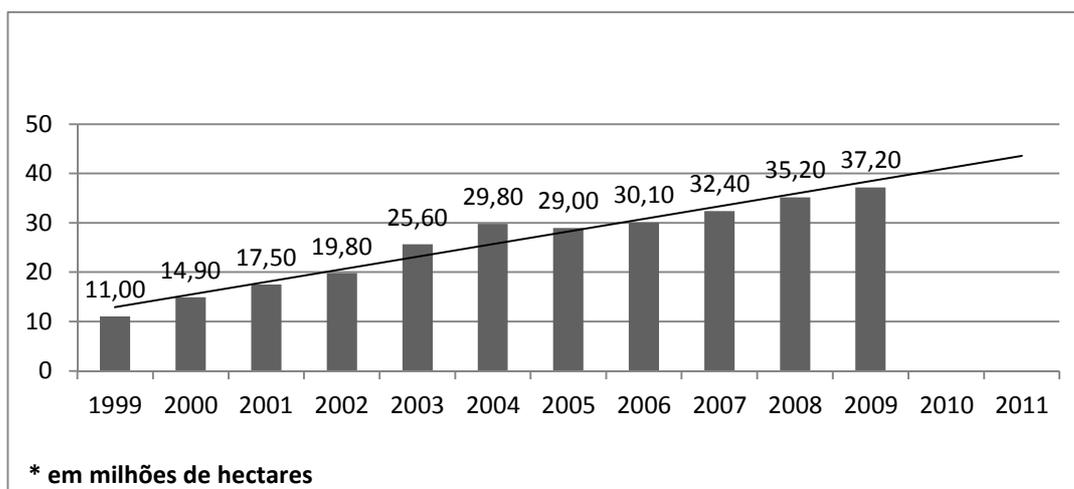
Segundo Coelho (2001), o sistema de cultivo orgânico no Brasil teve início no final da década de setenta, em pequena escala e começou a se expandir após a criação do Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural – IBD em 1990, sendo que de 1994 a 2000 as vendas de orgânicos no Brasil cresceram 16 vezes, expandindo em vários segmentos agropecuário como, frutas, café, frango e outros produtos, garantindo o crescimento deste mercado.

A economia do orgânico cresce a uma taxa de 20% ao ano no Brasil, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), movimentando entre US\$ 220 e 300 milhões por ano. O Estado do Paraná tem o maior número de produtores orgânicos certificados e cadastrados, seguido pelos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro (WEICHERT, 2003).

Segundo Gudynas (2003), a área agrícola mundial com a produção orgânica no ano de 2002 era de 22.811.267 de hectares. Em apenas sete anos, esta área registrou acréscimo de 62%, visto que, em 2009, segundo Willer (2009), chegou a 37 milhões.

O gráfico 2 abaixo, ilustra a evolução da produção orgânica mundial e a linha de tendência para os próximos anos. Podemos ainda observar que em dez anos a produção triplicou de volume.

Gráfico 2 – Evolução da área produzida de orgânicos no mundo – 2011



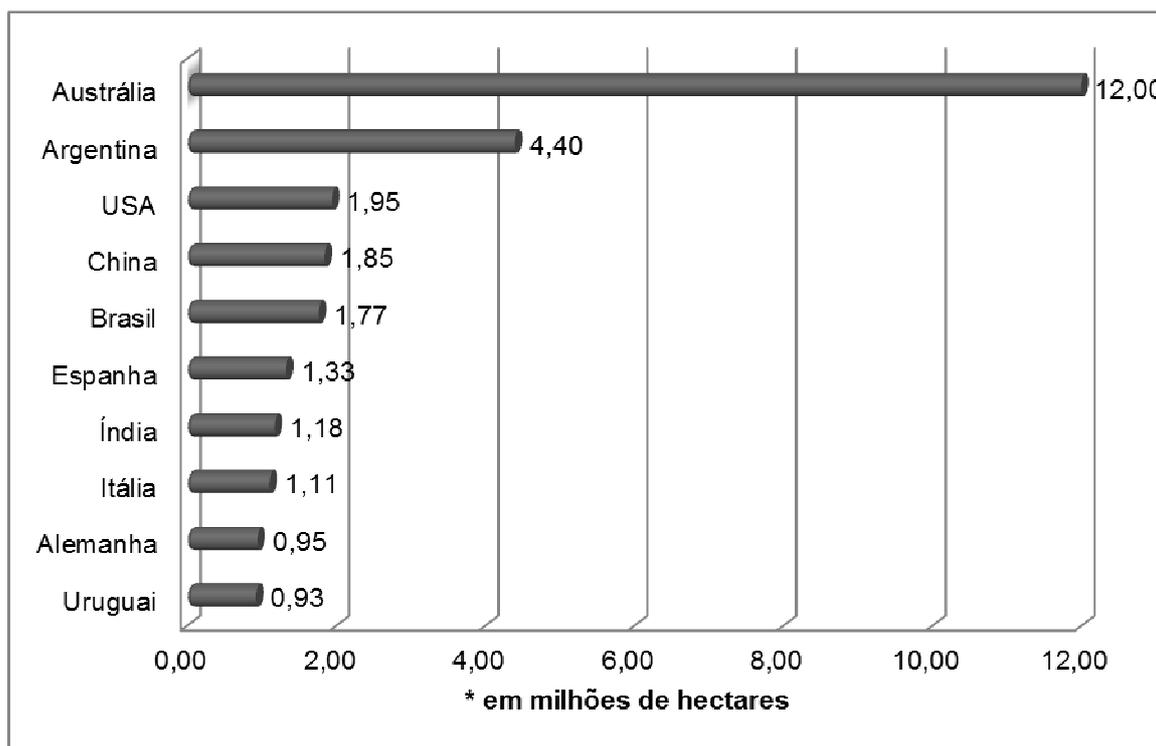
Fonte: WILLER, H; KLICHER, L. (2009)

Pode-se observar no gráfico anterior, que a área agrícola orgânica mundial em 1999 era de 11 milhões de hectares e em dez anos esta área passou para 37 milhões de hectares, sendo que a expectativa para os próximos anos é de que esta área passe dos 40 milhões de hectares de produção orgânica no mundo.

No que se refere ao mercado, estimativas indicam que no Brasil, nos últimos três anos, o crescimento do mercado de produtos orgânicos se encontra entre 25% e 50% ao ano. Em muitos países esse mercado registra um crescimento superior a 20% ao ano nos últimos nove anos, sendo uma grande parte do mercado constituída por frutas e vegetais (WILLER et al 2009), movimentando em torno de 20 bilhões de dólares no ano de 2000.

O Brasil se encontra entre os dez produtores com maior área de produção agrícola orgânica no mundo. No gráfico 3, o Brasil está em 5º lugar com uma área de 1,77 milhões de hectares.

Gráfico 3 – Os dez países com maior área de produção orgânica mundial – 2009.



Fonte: WILLER, H; KILCHER, L. 2009.

Pode-se observar que a área agrícola orgânica mundial é de 37 milhões de hectares e que o Brasil representa quase 5% da área total mundial em produção orgânica.

Os números apresentados no Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censo) (IBGE, 2006) mostram a existência de 90 mil produtores orgânicos, quantidade muito superior à estimativa anterior (IBGE, 2000) que era de 15 mil produtores (IBGE, 2006).

Tabela 2 – Distribuição dos estabelecimentos produtores de orgânicos, segundo os grupos da atividade econômica – Brasil - 2006

Grupos da atividade econômica	Distribuição dos estabelecimentos produtores orgânicos	
	Número de propriedades	(%)
Total	90.497	100
Produção de lavouras temporárias	30.168	33,34
Horticultura e floricultura	8.900	9,83
Produção de lavouras permanentes	9.557	10,56
Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	52	0,06
Pecuária e criação de outros animais	38.014	42,01
Produção florestal – florestas plantadas	1.638	1,81
Produção florestal – florestas nativas	1.644	1,82
Pesca	153	0,17
Aquicultura	371	0,41

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

De acordo com a tabela 2, pode-se afirmar que as informações vão ao encontro do desenvolvimento e da expectativa do mercado de orgânicos no mundo. De acordo com o diagnóstico feito pela FAO/Organização das Nações Unidas (ONU) em 2005, a agricultura orgânica foi o setor alimentar de crescimento mais acelerado entre 1995 e 2005, tendo crescido entre 15 e 20% ao ano, enquanto todo o setor da indústria alimentar cresceu 4 e 5% (SCIALABBA, 2005 apud IBGE, 2006).

Na Tabela 3 é possível observar os números do uso de agricultura orgânica nos estabelecimentos, conforme as regiões do Brasil.

Tabela 3 – Uso de agricultura orgânica nos estabelecimentos, segundo as Grandes Regiões da Federação Brasil – 2006

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Total de estabelecimentos	Uso de agricultura orgânica nos estabelecimentos			
		Total De propriedades	Faz e é certificado por entidade credenciada	Faz e não é certificado por entidade credenciada	Não faz
Brasil	5.175.489	90.497	5.106	85.391	5.084.992
Norte	475.775	6.133	351	5.782	469.642
Rondônia	87.077	927	135	792	86.150
Acre	29.482	485	15	470	28.997
Amazonas	66.784	1.211	20	1.191	65.573
Roraima	10.310	64	1	63	10.246
Pará	222.028	2.362	136	2.226	219.666
Amapá	3.527	29	-	29	3.498
Tocantins	56.567	1.055	44	1.011	55.512
Nordeste	2.454.006	42.236	1.218	41.018	2.411.770
Maranhão	287.037	3.256	77	3.179	283.781
Piauí	245.378	3.712	79	3.633	241.666
Ceará	381.014	4.865	167	4.698	376.149
Rio Grande do Norte	83.052	2.266	95	2.171	80.786
Paraíba	167.272	3.362	58	3.304	163.910
Pernambuco	304.788	6.425	208	6.217	298.363
Alagoas	123.331	2.117	40	2.077	121.214
Sergipe	100.606	1.039	41	998	99.567
Bahia	761.528	15.194	453	14.741	746.334
Sudeste	922.049	18.715	1.366	17.349	903.334
Minas Gerais	551.617	12.910	641	12.269	538.707
Espírito Santo	84.356	1.466	152	1.314	82.890
Rio de Janeiro	58.482	968	122	846	57.514
São Paulo	227.594	3.371	451	2.920	224.223
Sul	1.006.181	19.275	1.924	17.351	986.906
Paraná	371.051	7.527	909	6.618	363.524
Santa Catarina	193.663	3.216	353	2.863	190.447

Rio Grande do Sul	441.467	8.532	662	7.870	432.935
Centro-Oeste	317.478	4.138	247	3.891	313.340
Mato Grosso do Sul	64.862	753	31	722	64.109
Mato Grosso	112.978	1.619	79	1.540	111.359
Goiás	135.683	1.605	113	1.492	134.078
Distrito Federal	3.955	161	24	137	3.794

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Verifica-se na Tabela 3, no que tange ao Paraná, que atuam hoje, no estado, 7.527 produtores rurais dedicados à agricultura orgânica, mas somente 909 deles possuem certificação de seus sistemas de produção ou processamento. De acordo com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB), este é um dado preocupante, pois a falta do atestado dificulta o acesso a mercados e a melhor agregação de valor aos produtos, o que possibilitaria uma maior remuneração aos agricultores. Ainda conforme a Tabela 3, o Paraná representa o principal Estado em volume de propriedades certificadas. Dados mais recentes sobre o setor no país mostram que o crescimento do mercado orgânico - que vinha aumentando, no início da década de 1990, cerca de 10% ao ano - chegou próximo a 50% ao ano nos últimos três anos, mas infelizmente a certificação no Brasil não acompanhou a evolução do crescimento do setor.

De acordo com Batalha (2005), a criação dos selos de certificação ocorreu devido à ausência de normas reguladoras que definam padrões de produção de orgânicos, levando a iniciativa privada à criação de selos de certificação, emitidos por certificadoras que estabelecem as normas e os procedimentos básicos de cultivo, processamento e distribuição, para que um produto possa ser considerado orgânico.

Entretanto, o governo brasileiro, em 2007, regulamentou o setor, estabelecendo critérios para o funcionamento de todo o seu sistema de produção, desde a propriedade rural ao ponto de venda. Este regimento está contido no Decreto nº 6323, complementar da lei 10.831/2003, que além de criar regras para a produção, armazenamento, rotulagem, transporte e comercialização, também regulamenta e oficializa a certificação e a fiscalização dos produtos orgânicos (BRASIL, 2007). Neste sentido, a certificação passa a ser uma ferramenta oficial dos critérios estabelecidos na produção e comercialização de produtos orgânicos,

sendo que a elaboração do decreto envolveu a participação de técnicos e especialistas de entidades públicas e privadas.

A regulamentação da agricultura orgânica tornou-se um importante instrumento para o setor, pois instituiu regras claras pelo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, quanto à produção e a comercialização dos produtos orgânicos, propiciando aos consumidores mais garantias, confiabilidade e facilidade na identificação desses produtos. Inclusive, facilitou a relação comercial com outros países na comercialização de produtos orgânicos. O decreto autoriza também os agricultores familiares a realizar a venda direta ao consumidor desde que tenham cadastro junto ao órgão fiscalizador.

Nessa cadeia produtiva de orgânicos, cabe ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, credenciar, acompanhar e fiscalizar os organismos certificadores. Estes farão a certificação da produção orgânica e deverão atualizar as informações dos produtores para alimentar o cadastro nacional de produtores orgânicos. Estes órgãos, antes de receber a habilitação do Ministério para certificar, passarão por processo de acreditação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) (MAPA, 2011).

O regimento contido no decreto supracitado afirma ainda que o produtor orgânico deverá fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, o que é possível somente se estiver certificado pelos três mecanismos de certificação, Certificação pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG), Certificação por auditoria (CA), ou ainda, previamente cadastrado no Controle Social de Venda Direta.

A Certificação por auditoria, concessão do selo SisOrg⁵ é feita por uma certificadora pública ou privada credenciada no Ministério da Agricultura, obedecendo a critérios reconhecidos internacionalmente. Já a certificação pelo Sistema Participativo de Garantia - SPG se caracteriza pela responsabilidade coletiva dos membros do sistema, que podem ser produtores, consumidores, técnicos e demais interessados. Para cumprir com as normas, um SGP deve possuir um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac) legalmente constituído, que responderá pela emissão do SisOrg. Por fim, o Controle Social na Venda Direta (CSVD) representa o credenciamento dos produtores familiares numa

⁵ O selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica é o selo público oficial que será usado para identificar e controlar a produção nacional de orgânicos. A partir de 1º/01/2011 os produtos certificados por Auditoria e Sistemas Participativos de Garantia apresentarão o selo do SisOrg em seus rótulos.

organização de controle social cadastrado em órgão fiscalizador oficial. Esta última modalidade afere uma importante oportunidade da não obrigatoriedade da certificação para os produtores que fazem a sua comercialização de forma direta por meio de feiras e cestas verdes (MAPA, 2011).

A figura 1 ilustra o selo SisOrg obrigatório da certificação por auditoria ou pelo SPG.

Figura 1 – Selo SisOrg do MAPA – 2010



Fonte: (MAPA, 2011)

Os produtos orgânicos que serão ofertados pelos produtores da agricultura familiar que não estão inseridas na certificação por auditoria ou pelo SPG, não levarão o selo ilustrado na figura 1.

Como é possível perceber, a certificação de produtos orgânicos constitui-se de “uma série de procedimentos estabelecidos e acordados entre agricultores e consumidores, que garantem que bens ou serviços foram produzidos de forma diferenciada dos demais” (BRANCHER, 2004, p.3).

Brancher (2004) esclarece as diferenças entre as duas maneiras utilizadas em processos de certificação de produtos orgânicos: certificação auditada, ou certificação por auditoria e, a segunda maneira, introduzida mais recentemente, denominada certificação participativa ou os denominados Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica.

A primeira, já tradicional e consolidada mundialmente, utiliza uma terceira parte “isenta e de credibilidade entre produtores, comerciantes e consumidores que estabelece a garantia de que os produtos respeitaram procedimentos orgânicos até chegarem ao consumidor final” (BRANCHER, 2004, p.3).

Várias das organizações certificadoras por auditoragem de terceira parte possuem credibilidade internacional, e, segundo Brancher (2004, p.9-10), não se envolvem com a

organização e o assessoramento dos agricultores, como a rede de confiança faz, dedicando-se exclusivamente aos processos de certificação. A certificação por auditoria é realizada geralmente por entidades ou empresas que não estão envolvidas com a formação e assessoramento dos produtores, certificando produtos com destino a grandes empreendimentos ou ao exterior (NEVES apud SCHIMAICHEL e RESENDE 2007, p.11).

“As organizações que defendem a certificação por auditoria, há muito tempo já estão atuando no mercado nacional e internacional a partir do princípio da interferência de uma terceira parte” (BRANCHER, 2004, p.11), levando as informações necessárias aos consumidores para o estabelecimento de um processo de confiança entre os lados envolvidos.

O principal foco dos defensores da certificação por auditoria é “a busca de espaços de troca, onde estas relações não estão construídas *a priori*, e que não haja uma determinação específica de grupo a ser atingida” (BRANCHER, 2004, p.10) tendo como principal objetivo ampliar as possibilidades de comercialização, buscando vários mercados. Entretanto, para a grande maioria dos pequenos produtores, este tipo de certificação é difícil, pois apresenta altos custos, que de forma isolada eles não têm como arcar.

Já a Certificação Participativa apresenta algumas características próprias, que a diferenciam da certificação por auditoria. O primeiro diferencial a ser apresentado é a confiança, que faz parte do princípio que agricultores, técnicos e consumidores desenvolvem suas ações de forma responsável e verdadeira com objetivo de aprimorar a agroecologia.

É importante esclarecer que a certificação é a forma de controlar a procedência e de diferenciar o produto no mercado, garantindo ao consumidor que o produto é o resultado de uma agricultura capaz de assegurar qualidade do ambiente natural, qualidade nutricional e biológica de alimentos e qualidade de vida para quem vive no campo e nas cidades.

Existem ainda outras vantagens que se depreendem da certificação, como: ao participar de um processo de certificação o produtor aprende novas técnicas de controle e gerenciamento da sua produção, tornando este efeito uma qualificação para esses agricultores, já que a produção orgânica torna-se tecnicamente mais eficiente, a medida em que exige do produtor o planejamento e a elaboração criteriosa da documentação necessária para o selo; Outra vantagem é a promoção e a divulgação da alimentação saudável promovida por esses produtores.

Observa-se que existem diversos órgãos e redes que auxiliam na acreditação dos produtores orgânicos no país, por auditoria ou certificação participativa. Um exemplo de certificadora por auditoria ou auditoria privada é o Instituto Biodinâmico de

Desenvolvimento (IBD), que há muitos anos atua junto a produtores orgânicos. (BRANCHER, 2004, p.10). O IBD é um instituto brasileiro que desenvolve atividades de inspeção e certificação agropecuária, de processamento e de produtos extrativistas, orgânicos, biodinâmicos e de mercado justo ou *fair trade*, como também é chamado. O IBD iniciou seus trabalhos de certificação em 1990 e, desde então, opera em todo o território brasileiro e em alguns países da América do Sul, América Central, Europa e Ásia, auxiliando no desenvolvimento de um padrão de agricultura sustentável baseado em novas relações econômicas, sociais e ecológicas. (IBD, 2011). Um outro exemplo de certificadora por auditoria ou auditoria pública é o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), uma empresa pública vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, uma instituição de pesquisa, desenvolvimento, produção e prestação de serviços. (TECPAR, 2011).

Já com relação à certificação pelo Sistema Participativo de Garantia, pode-se citar a Rede Ecovida, que é formada por agricultores familiares, técnicos e consumidores reunidos em associações, cooperativas e grupos informais que, juntamente com pequenas agroindústrias, comerciantes ecológicos e pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia. Desde 1999, a Rede Ecovida Agroecologia congrega diversas organizações e profissionais ligados à agroecologia, atualmente participa em 31 municípios, com 60 grupos e associações, e tem um envolvimento direto de 600 famílias (REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA, 2011).

A missão da rede é “ser um espaço de articulação, interação e ação para potencializar o desenvolvimento da agroecologia, como parte da construção de um projeto de sociedade que contemple e respeite a realidade de cada povo” (ARL, 2007, p. 14). Seus princípios estão ligados à recuperação e conservação da vida no planeta terra, contribuindo na construção da sustentabilidade, tendo como base a agroecologia, atuando junto à agricultura familiar, camponesa e às famílias de trabalhadores urbanos, priorizando a relação direta com os consumidores e o abastecimento local e regional com perspectivas à segurança alimentar (ARL, 2007).

Diante deste cenário, várias iniciativas vêm sendo tomadas para auxiliar os agricultores familiares. No estado do Paraná, o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas do Paraná (SEBRAE/PR), por exemplo, vem incentivando os integrantes da Associação de Agricultores de Produtos Orgânicos de Ribeirão Claro (APO), no norte do Paraná, a obterem a certificação de seus produtos. A solução apontada foi o Programa

Paranaense de Certificação dos Produtos Orgânicos, uma iniciativa do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR e da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná – SETI, em certificar os produtores de forma participativa, fornecendo consulta técnica e controle das informações por parte dos produtores para que haja coerência dos dados para a certificação integrada.

Os associados da APO adotaram, em julho de 2009, o sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS). O sistema permite a produção de alimentos sem o uso de fertilizantes sintéticos, pesticidas, organismos geneticamente modificados, agrotóxicos, reguladores de crescimento e aditivos sintéticos para a alimentação animal. No entanto, para garantir a certificação é preciso registrar anotações completas sobre todo processo de produção, assim como a elaboração de um plano de manejo, documento no qual devem constar as ações futuras previstas para cada horta certificada, pois quando o auditor realiza a visita, analisa o passado da produção, por meio dos documentos de registro, o presente, por meio da auditoria no local e o futuro por meio do plano de manejo (AGROSOFT, 2010).

Apesar destas iniciativas, é relevante destacar que apesar de muitos agricultores cultivarem de acordo com as normas da agricultura orgânica, os produtos acabam sendo vendidos como convencionais por falta da certificação. Por isso, a importância do Programa Paranaense de Certificação dos Produtos Orgânicos, pois caso fosse utilizada a certificação auditada, o processo de certificação poderia custar em torno de R\$ 2 mil por propriedade, já por meio do Programa os agricultores familiares não têm custos para certificação.

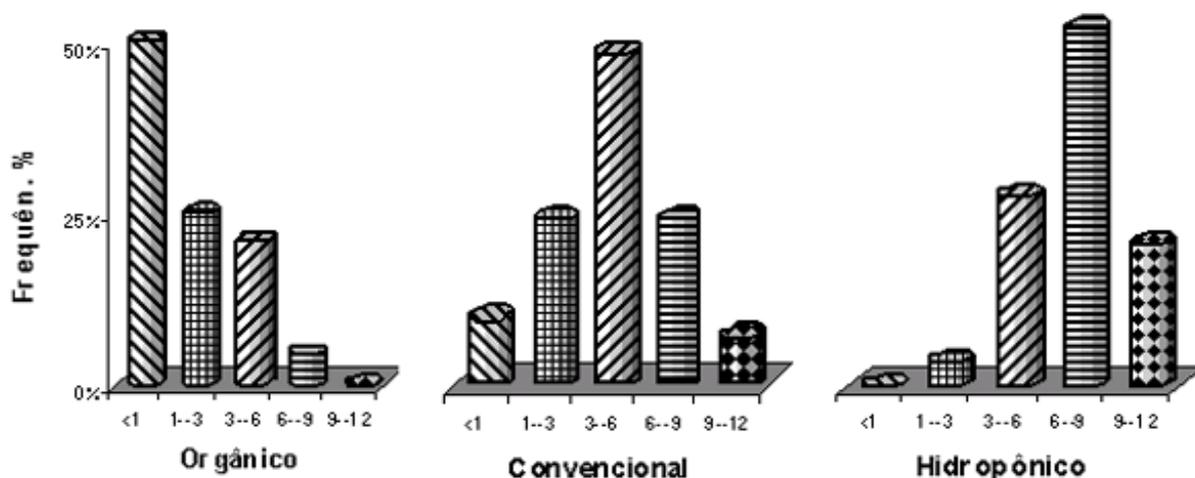
Participam do Programa a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), O Instituto Federal do Paraná (IFPR) e a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaíba (FAFIPA).

É importante ainda, nesta seção, destacar algumas características dos produtos orgânicos e como eles se diferenciam dos demais, pois, como já mencionado, nas últimas décadas, o uso indiscriminado de agrotóxicos na produção de alimentos vem causando preocupação em diversas partes do mundo.

A crítica ao modelo de agricultura vigente cresce à medida que estudos comprovam que os agrotóxicos contaminam os alimentos e o meio ambiente, causando danos à saúde humana. Na verdade, é interessante observar que ao discutir a promoção da saúde por meio da mudança de hábitos alimentares, dificilmente o consumidor consegue ter acesso a todas as informações. Muitas vezes, ao pensar em alimentação saudável, pensa-se em uma alimentação balanceada nutricionalmente, com os níveis de nutrientes diários e com os hábitos do consumo de frutas e verduras.

Neste sentido, muito são os questionamentos a respeito da diferença da qualidade alimentar entre os produtos convencionais e os produtos orgânicos, já que os mesmos remetem a uma alimentação saudável perante aos nutrientes necessários e hábitos de consumo saudáveis. Para responder esta questão, no gráfico 4, são apresentados alguns resultados de uma pesquisa do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), que mostra a diferença entre o teor de nitrato na cultura da alface produzida em três sistemas diferenciados: orgânico, convencional e hidropônico.

Gráfico 4 – Frequência de concentração de nitrato (N-NO₃) nas folhas de alface segundo diferentes métodos de cultivo. VALORES EM 10³ mg/kg.



Fonte: Darolt Apud MIYAZAWA *et. al.* (2001)

Como podemos observar no gráfico 4, nota-se que aproximadamente 70% das amostras de alface cultivada em sistema orgânico apresentou uma concentração de nitrato menor que 3.000 mg/kg e apenas 25% das amostras apresentam teor entre 3.000 mg/kg a 6.000 mg/Kg. Contrariamente aos produtos orgânicos, as alfaces cultivadas em sistema de hidroponia, apresentaram um teor de nitrato elevado : 70% das amostras com nível superior à

6.000 mg/Kg. Quanto às plantas produzidas no sistema convencional, notou-se que 60% das amostras apresentaram suas concentrações acima de 3.000 mg/kg.

Segundo Darolt (2001), o teor alto de nitrato nas plantas é a uma consequência do alto nível de adubos químicos nitrogenados, utilizados na agricultura. O nitrato ingerido passa à corrente sanguínea podendo, então, reduzir-se a nitritos. Estes sim são venenosos, muito mais que os nitratos. Tornam-se mais perigosos quando combinados com aminas⁶, formando as nitrosaminas, substâncias cancerígenas, mutagênicas e teratogênicas. Tal reação pode realizar-se especialmente em meio ácido do suco gástrico, ou seja, no estômago. Desta forma, o monitoramento destas substâncias é essencial para garantir a qualidade dos alimentos consumidos pela população (DAROLT, 2001).

De acordo com a FAO, o índice de máxima ingestão diária admissível de nitrato é de 5 mg/kg de peso vivo e 0,2 mg/kg para o nitrito. Neste sentido, a ingestão diária para uma pessoa de 80 Kg, por exemplo, seria de 400mg de nitrato, que representa entre 5 a 10 folhas de alface hidropônica. Diversos estudos realizados na Europa corroboram os resultados da pesquisa do IAPAR, mostrando que as taxas de nitratos nos legumes orgânicos são largamente inferiores a legumes obtidos por métodos convencionais. Um estudo realizado por LECERF (1994) do Instituto Pasteur de Lille, na França, fez uma síntese de vários trabalhos sobre a qualidade de alimentos orgânicos. Todos os estudos mostraram reduções de nitratos de 69 a 93% para vários legumes cultivados organicamente. Resultados semelhantes foram obtidos em outros países como Áustria, Holanda, Suíça e Alemanha, para cultivos de espinafre, cenoura e alfaces (DAROLT, 2001).

Porém, de acordo com Schmidt (2004), ainda que o desenvolvimento tecnológico da agroecologia e o discurso sejam importantes, é somente através do ato da compra de alimentos orgânicos que o consumidor se torna, de fato, propulsor do aumento de produção e, conseqüentemente, do aumento da área e do número de agricultores dedicados à agricultura orgânica.

Como já comentado, uma das principais motivações para a compra de alimentos orgânicos, no Brasil, parece estar ligada à saúde humana e ao meio ambiente. No entanto, existe um grande desconhecimento do consumidor em relação ao produto orgânico, visto que há uma grande confusão gerada pela “onda” de produtos considerados naturais, dietéticos,

⁶ As **aminas** são uma classe de compostos químicos orgânicos nitrogenados derivados do amoníaco (NH₃) e que resultam da substituição parcial ou total dos hidrogênios da molécula por grupos hidrocarbônicos.

lights, integrais etc., particularmente entre produtos orgânicos e hidropônicos que, estrategicamente, são colocados lado a lado e embalados de forma similar. Até mesmo alguns produtos convencionais processados e embalados em atmosfera modificada constituem outra tendência para disputar este espaço, como, por exemplo, os alimentos cortados, lavados e prontos para o consumo, pois as embalagens trazem, por exemplo, os dizeres “natural, sem conservantes e aditivos”. Isso se refere, porém, à forma como o produto foi embalado e não necessariamente como foi produzido. Esse processo tem confundido o consumidor que compra este tipo de produto em supermercados, que acaba desconfiando dos alimentos orgânicos, o que legitima a importância da conscientização da população (DAVID, 2006).

Outro aspecto importante, diz respeito a pouca homogeneidade ao se discutir a questão preço do produto orgânico que muitas vezes é apontado como uma importante barreira ao aumento do consumo, principalmente entre as classes de menor poder aquisitivo.

Por um lado, estudos indicam a dificuldade de algumas classes em ampliarem a cesta de produtos no que se refere aos hortifrutigranjeiros, mais ainda, por outro lado, os produtos orgânicos, considerados de difícil acesso a uma grande maioria da população. Outras pesquisas já apontam que apesar de alguns consumidores acharem os produtos orgânicos mais caros que os da agricultura convencional, dados publicados pelo Instituto Biodinâmico indicam que o consumidor brasileiro está disposto a pagar mais caro por um produto que não polui o meio ambiente e ainda traz mais benefícios a saúde, pois uma faixa de 68% do universo pesquisado fez essa afirmativa. Essa tendência pode ser verificada mesmo na população com baixa renda familiar. (IBD, 2011)

Outro aspecto interessante foi apresentado pela pesquisa de Nava (2004), que se refere ao fato de que, quando questionados sobre o local de compras ou os canais de distribuição⁷ dos produtos orgânicos, 75% dos consumidores afirmaram fazer suas compras em mercados e supermercados, sendo 29% em mercados e 46% em supermercados. Os consumidores que compram em supermercados (46%) e feiras (19%) não são os mesmos que compram em mercados (29%). Um dos elementos comuns desta pesquisa revelou o interesse do consumidor por produtos de qualidade mediante um selo ou certificação.

3. Canais de distribuição é um conjunto de organizações interdependentes envolvidas no processo de tornar disponível um produto ou serviço para uso ou consumo. O conceito indica que várias empresas estão envolvidas no processo, a fim de satisfazer os usuários finais no mercado, sejam eles consumidores ou compradores empresariais. (COUGHLAN, 2002, pg. 461)

Neste sentido, é importante que a assimetria de informação existente nos pontos de venda possa esclarecer possíveis dúvidas da qualidade e procedência dos produtos orgânicos. Nesse caso, a certificação é um importante instrumento para a redução da assimetria de informações que existe entre consumidor e vendedor (BATALHA, 2005, p.278) e transmite aos consumidores a confiança necessária para que de fato esse tipo de transação aconteça.

Finalmente, observa-se que um dos grandes desafios da produção orgânica está na ampliação do que é considerado “nicho” do mercado de alimentos, pois como se vê no estudo de Lernoud apud David (2006), o crescimento do consumo de produtos orgânicos ocorre principalmente em países industrializados. Nesse sentido, o desafio é desenvolver mercados locais, sobretudo nos países em desenvolvimento.

A próxima seção se dedica a compreender as principais características da comercialização dos produtos orgânicos.

2.3 CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO PARA A PRODUÇÃO ORGÂNICA

Nesta parte do trabalho são relatadas as condições de distribuição para a produção da agricultura familiar, referenciando a lógica de comercialização de produtos orgânicos e apontando alguns modelos de canais de distribuição estratégicos para o desenvolvimento e sustentabilidade econômica para estes pequenos produtores.

Porém, antes de introduzir estes aspectos, é importante caracterizar os canais de distribuição, seus objetivos e particularidades.

De acordo com Kotler (1998) e Coughlan et al. (2002), canal de distribuição é um conjunto de organizações interdependentes envolvidas no processo de tornar disponível um produto ou serviço para uso ou consumo. Coughlan et al. (2002, pg. 461) observam que “os canais de distribuição podem ser vistos como uma rede de trabalho que cria valor para o usuário final, gerando utilidade de forma, posse, tempo e lugar”.

Stern e El-Ansary (1992) complementam esta ideia, afirmando que os canais de distribuição desempenham, cada vez mais, um papel importante para a empresa, podendo ser o fator mais relevante para o desenvolvimento efetivo da sua participação de mercado. Os canais de distribuição permitem obter vantagem competitiva sobre as demais companhias,

visto que por mais que o *design* dos produtos seja copiado, a qualidade e os preços abaixados, os canais de distribuição podem representar um diferencial estratégico para a empresa.

Segundo Rosembloom (2002), por muitos anos o campo dos canais de marketing recebeu pouca atenção em comparação com as outras três áreas estratégicas do composto mercadológico: produto, preço e composto promocional. Muitas empresas tratavam a estratégia de canal de distribuição como algo secundário. Nos últimos anos, porém, essa negligência relativa vem mudando, em muitos casos para um intenso interesse na área, em razão da maior dificuldade das empresas para conquistar uma vantagem competitiva sustentável. Para o autor, a distribuição não pode ser facilmente copiada pela concorrência.

Ainda para Rosenbloom (2002, p.31), a estratégia de canal de distribuição torna-se proeminente quando uma das seguintes condições prevalecer:

[...] a distribuição for a variável mais relevante para satisfazer às demandas do mercado alvo; houver paridade entre os concorrentes quanto aos produtos, aos preços e ao composto promocional oferecido; houver alto grau de vulnerabilidade, em razão da negligência da distribuição pelos competidores; a distribuição puder fortalecer a empresa, criando sinergia.

Percebe-se que os canais de distribuição acabam se tornando um importante viés na comercialização dos produtos e um componente chave na gestão organizacional e da estratégia competitiva.

De acordo com Stern e El-Ansary (1992), produtores, atacadistas, varejistas e outros membros do canal existem para desempenhar funções como: movimentação de mercadoria ou estoque, geração de demanda ou venda, distribuição física, serviço pós-venda, crédito, entre outros.

Bowersox e Cooper (1992) dividem os membros participantes do canal de distribuição em dois grupos, sendo o primeiro formado pelos intermediários e o segundo por agentes facilitadores. O grupo dos intermediários ou agentes primários corresponde aos membros que participam diretamente no canal, sendo incluídos os fabricantes, atacadistas e varejistas. O segundo grupo, também chamado de agentes secundários, é constituído por aquelas empresas que participam indiretamente do canal prestando serviços aos agentes primários, como empresas de transporte, companhias de seguro, consultores, empresas de tecnologia de informação, prestadores de serviços logísticos, entre outros. Coughlan et al. (2002) acrescentam também a classificação dos usuários finais, sejam eles empresariais ou

consumidores individuais, como membros do canal, por desempenharem fluxos como os demais membros.

Assim, os fabricantes representam o início do canal e são responsáveis pela fabricação dos produtos. Ao dizer fabricante, aqui, a referência é ao produtor ou a quem dá origem ao produto ou serviço que está sendo vendido, criando utilidade de forma. De acordo com BOWERSOX e COOPER (1992), os fabricantes produzem antecipadamente à demanda ou ao consumo, o que gera um risco no caso das previsões de venda não ocorrerem conforme o planejado. Uma forma de gerenciar este risco é a estruturação dos canais de distribuição de modo a garantir a colocação dos produtos nos mais diversos mercados disponíveis. Os fabricantes buscam por meio do canal de distribuição, uma fatia maior de mercado, um aumento na penetração no mercado, uma ampliação da linha de produtos e o desenvolvimento das atividades promocionais.

Já os intermediários participam diretamente do canal e são formados, de acordo com COUGHLAN et al. (2002), por qualquer membro de canal que não seja o fabricante ou o usuário final. O objetivo pode ser buscar margens de mercado, exclusividade na distribuição, giro de estoque e promoções comerciais.

West apud Machado (1988) comenta que, ao longo do canal de distribuição, cada agente têm objetivos diferentes em questões genéricas, objetivos estes que podem ser vistos na tabela abaixo.

Tabela 4 - Objetivos dos agentes dos canais de distribuição

Produtor	Intermediários	Consumidor Final
Fatia de mercado	Margem de lucro	Variedade de escolha
Entrada no mercado	Exclusividade	Conveniência
Fluxo de caixa	Crédito	Valor em troca de dinheiro
Ampla linha de produtos	Giro de estoques	Qualidade
Atividades promocionais	Promoção comercial	Preços mais baixos

Fonte: adaptado de MACHADO, M. D (2004, p. 46)

O que se percebe na tabela acima é que enquanto o produtor busca a expansão e o posicionamento dos seus produtos em um mercado, os intermediários almejam fatores que proporcionem maiores margens de lucro e exclusividade. No caso, os intermediários têm como objetivo trabalhar um determinado mercado ou produto, sem muita concorrência e com maior possibilidade na flexibilidade de preço, aumentando assim seu poder de barganha. Já o

consumidor final busca satisfazer suas necessidades com relação à qualidade e variedade de produtos, assim como preços baixos.

Para as relações entre os agentes de produção e os de distribuição, existem várias maneiras organizacionais de estruturar os canais de escoamento com a produção. O conceito de estrutura do canal não é definida explicitamente na literatura de marketing, sendo mais comum a discussão a respeito do número de níveis de intermediários ou agentes no canal, a representação gráfica da organização e as relações de simetria ou assimetria entre eles.

O Gráfico 5 representa quatro estruturas de relações entre os agentes de produção e de distribuição para exemplificar a estrutura de um canal de distribuição.

Gráfico 5 - Representação da estrutura do canal de distribuição em nível de interdependência dos agentes.



Adaptado: Adaptado de MACHADO, M. D (2004, p. 47).

No organograma apresentado no Gráfico 5, cada nível representa a integração entre os agentes nos canais de distribuição. No primeiro nível, representado pelo nível 2, encontram-se 2 agentes, o de produção e o consumidor, que pode ser considerado como venda direta, o produtor distribui os produtos diretamente ao consumidor. Já quando começa a se implementar o canal, com novos agentes, intermediários, a estrutura de canal torna-se mais complexa. No caso do nível 5, por exemplo, a estrutura é formada pelo produtor que fornece os produtos a um agente que, por sua vez, repassa para um agente atacadista, o qual distribui

os produtos ao varejista, que venderá ao consumidor final. Essa representação gráfica indica os agentes e a sua posição na estrutura de distribuição. Pode-se dizer que, quanto maior é o nível, maior é a dependência que o agricultor terá por intermediários na cadeia produtiva, e também da necessidade da simetria de informações.

Observa-se que nos canais mais longos, em que a distribuição é indireta, membros independentes do canal (atacadistas, varejistas, produtores) possuem responsabilidades específicas, sendo geralmente associados entre si, com grande especialização do canal. Embora o canal longo reduza o requerimento financeiro de cada membro, requer coordenação das atividades e funções (BERMAN, 1996).

Já no que se refere propriamente aos canais da produção orgânica, os principais agentes participantes do canal de distribuição de olericultores provenientes da agricultura familiar são os consumidores finais, restaurantes, cestas verdes, pequenos mercados locais, as feiras e instituições que realizam aquisições de maneira direta por programas governamentais, desenvolvidos para suprir as necessidades atuais e incentivar preços justos aos produtos da agricultura familiar.

Com estes programas incentivadores, novos mercados estão em evidência e percebe-se o interesse das empresas do ramo de refeições coletivas, juntamente com estruturas públicas assistenciais alimentícias (creches, escolas, restaurantes populares, universidades, restaurantes comunitários etc.), que vem realizando as aquisições diretamente com os produtores a partir de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), já discutidos neste estudo.

Além disso, novos espaços estão sendo criados para atender também ao público específico, como no caso das feiras específicas e mercados orgânicos. A feira livre é um canal de distribuição alternativo para facilitar a venda dos produtos dos pequenos agricultores, pois assim o próprio produtor vende seus produtos diretamente ao consumidor, o que aumenta o lucro por não haver interferência de intermediários. Ao mesmo tempo, o preço agrada o consumidor, pois o produto é mais barato do que nos supermercados. Além disso, a feira é destinada à venda de produtos no varejo, ideal para os pequenos produtores.

Caporal e Costabeber (2000) relatam a necessidade de novas práticas de comercialização que respeitem os diferentes estilos de vida dos consumidores. O modelo de produção familiar, ao adotar técnicas diferentes das convencionais, agrega valor ao seu produto e passa a ser reconhecido como um setor produtor de alimentos nobres. Portanto,

alternativas que exploram a agregação de valor, diferente daquelas que visam a quantidade da produção, podem ser estratégicas para a agricultura familiar.

Assim, demanda-se do agricultor um maior conhecimento do sistema de comercialização, especialmente dos canais de distribuição, da certificação e da organização gestora com vistas à maior interação com o mercado.

Para Raupp (2005), a emergência dos sistemas alternativos de distribuição para a agricultura familiar está relacionada com: I) a convicção que se generalizou entre as organizações de representação da agricultura familiar de que esta não tinha mais espaço nas grandes cadeias de commodities, ou pelas tendências de exclusão ou pela insuficiência dos níveis de renda gerados; II) as consequências do modelo de integração dos agricultores aos interesses agroindustriais; III) a revalorização da agricultura familiar e da qualidade de vida no campo; e IV) a visão de meio rural não como espaço exclusivo de produção agrícola, mas também de produção de outros bens e serviços.

Para a distribuição dos produtos orgânicos são utilizadas várias formas alternativas de escoamento. Como percebe-se nesta seção, por mais simples que seja a forma de comercialização dos produtos, a integração dos agentes na estrutura nos canais de distribuição deverá ser organizada e planejada com base no conhecimento do mercado e das necessidades do consumidor.

É evidente a diversidade de opções disponíveis ao produtor a respeito da comercialização e, neste sentido, é comum a prática da adoção, por parte dos produtores, da forma de distribuição seletiva, em que o produtor se utiliza de vários canais que venham a atender às suas necessidades estratégicas, de forma direta e indireta.

A forma direta de distribuição é uma das alternativas encontradas pelos produtores orgânicos como forma de agregar valor à produção, pois os seus produtos são vendidos diretamente ao consumidor final, sem intermediários, sendo possível conhecer melhor as reais necessidades deste consumidor e esclarecer eventuais dúvidas acerca das características dos produtos orgânicos. Outra forma direta de comercialização é o sistema conhecido como colha e pague. Este sistema é simples e oferece ao produtor uma maior aproximação com o consumidor, pois além de oferecer produtos em “gôndolas naturais” em que o próprio cliente escolhe qual produto colher diretamente do pomar ou da horta - este processo inclui um maior conhecimento das características e exigências do consumo.

Já o uso de intermediários na cadeia produtiva de orgânicos é feito quando os compradores não fazem parte da região da produção, caracterizando-se assim como

distribuição indireta por meio do uso de facilitadores ou quando é utilizado para o barateamento dos custos de transação. Esta modalidade torna-se viável aos produtores quando se reúnem em grupos ou, até mesmo, formam associações e/ou cooperativas, ganhando escala e tornando viável a distribuição e a comercialização de seus produtos.

Desta forma, além da utilização de distribuidoras que fazem a ponte entre o produtor e o varejo, ou seja, a distribuição indireta através de comerciantes, essas associações podem fazer o papel de cooperativas de distribuição direta, que é o caso das cestas verdes, no qual o consumidor cadastrado recebe sua cesta em casa diretamente pela cooperativa, mas com o fornecimento direto do produtor. Também é utilizado o uso de feiras especializadas, organizadas em sua maioria pelos próprios produtores, caracterizando-se assim como sistema de distribuição seletiva.

Outra forma de distribuição e organização mercadológica que está tornando-se comum entre os produtores orgânicos são circuitos regionais de comercialização, de produção, distribuição e consumo de alimentos no âmbito das regiões no interior do País ou no entorno dos núcleos urbanos de pequena e média dimensões. O Circuito de Comercialização é um processo logístico que faz a captação de produtos em todas as associações atuantes na cadeia produtiva orgânica, para manter centrais ou polos sempre abastecidas de produtos conforme suas demandas. Esse processo é fundamental para que os consumidores tenham sempre produtos orgânicos frescos e de qualidade ao seu alcance. O Circuito de Comercialização monitora e realiza a negociação de produtos entre os Polos e os produtores. As Centrais são responsáveis pela comercialização de produtos orgânicos em determinadas regiões, ou seja, cada região possui uma Central que coordena todo o processo de comercialização - essa central pode ser de gestão da cooperativa cadastrada. Se determinada região tem carência de determinados produtos, o Circuito de Comercialização tem como missão levar esses produtos a essas regiões. Além dos produtores agrícolas, esses circuitos são integrados por cooperativas ou associações de pequenos agricultores, constituídas para beneficiar ou processar as matérias-primas agrícolas, e por empreendimentos urbanos industriais e comerciais, também de pequeno porte.

Darolt (2005) descreve algumas experiências que estão ocorrendo na comercialização de orgânicos envolvendo diretamente os consumidores e agricultores. Dentre elas destaca a visita orientada de consumidores às propriedades orgânicas, ocasião em que é possível informar e dirimir dúvidas dos consumidores a respeito de diversos aspectos, desde as dificuldades encontradas pelos agricultores, sistema de produção, beneficiamento,

comercialização e certificação. Dentre os objetivos de ações dessa natureza está o de buscar contribuir para mudanças de atitude do consumidor, bem como do próprio produtor, por meio do diálogo e do conhecimento. Também faz parte dessa estratégia possibilitar a relação de comercialização direta na propriedade, por meio do sistema "colha-e-pague", que permite uma maior aproximação do consumidor com o alimento.

As propriedades orgânicas da Bacia do Paraná 3 - BP3, representada pelos produtores familiares orgânicos do projeto Cultivando Água Boa – CAB, localizado na região Oeste do Paraná, estará utilizando este processo de escoamento e de comercialização, contemplado no eixo de ações integrante ao projeto de sustentabilidade rural da ITAIPU BINACIONAL.

Neste sentido, o próximo capítulo discute as características da região da Bacia do Paraná 3 e o programa de sustentabilidade CAB, onde estão inseridos os agricultores familiares, objeto de estudo deste trabalho.

3. PROJETO CULTIVANDO ÁGUA BOA NA BACIA DO PARANÁ 3 - BP3: CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

O Programa Cultivando Água Boa – CAB foi criado com base na mudança da missão institucional da Itaipu Binacional, promovida em 2003 e que incorporou a responsabilidade socioambiental e o desenvolvimento sustentável aos objetivos estratégicos da empresa, o que passou a exigir da organização uma nova postura, aberta ao diálogo e à parceria com os inúmeros atores presentes nos 28 municípios compreendidos pela Bacia do Paraná 3, conjunto de micro bacias conectadas com o lago da hidrelétrica de ITAIPU BINACIONAL. Dentro dos novos pressupostos, a Itaipu estabeleceu que um programa socioambiental que objetiva-se alcançar a sustentabilidade rural da região com a problemática socioambiental, promovendo uma ampla revisão de valores e dos modos de ser e sentir, viver, produzir e consumir, em todo o seu entorno (ITAIPU, 2010). Assim surgiu o CAB em 2003.

O programa atua na margem esquerda do reservatório da usina de Itaipu, a Bacia Hidrográfica do Rio Paraná parte 3 - BP3, que abrange a mesorregião Oeste do Paraná. O Cultivando Água Boa representa uma série de programas e ações centradas na qualidade e quantidade das águas e na melhoria da qualidade de vida das pessoas que convivem no ambiente atendido, a BP3. Neste sentido, como melhoria da qualidade de vida das comunidades lindeiras, busca-se trabalhar com a sociedade para mudar os seus valores dentro de ações sustentáveis, criando uma cultura de atuação conjunta, integrada e participativa que transforma o público atendido em atores que influenciam e são influenciados pelo programa.

Observa-se que após décadas absorvendo tecnologias industriais pelo processo de modernização, a produção da agricultura familiar desta região está organizada em monoculturas intensivas, que utilizam grande quantidade de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Como consequência desse modelo, têm-se sistemas de produção com reduzida geração de empregos, insegurança alimentar, incapacidade de conservação dos recursos naturais e erosão do conhecimento e saber ancestral e popular (ITAIPU, 2010). Assim, o programa CAB fomenta e se apoia em metodologias participativas, buscando oferecer aos agricultores familiares da região do BP3, um apoio para o desenvolvimento no processo produtivo, estimulando a transformação artesanal dos produtos, ajudando a organizar a comercialização planejada e direcionada dos produtos rurais da agricultura familiar e, ainda, promovendo sustentabilidade econômica, social e ecológica.

No que tange os objetivos deste trabalho, está contemplado e avaliado neste estudo de caso o desenvolvimento e a sustentabilidade da agricultura familiar integrada na Bacia do Paraná 3. A figura 2 representa as ações do projeto CAB, na questão de desenvolvimento e sustentabilidade rural.

Figura 2 - Representação das ações de desenvolvimento e dos eixos de sustentabilidade da agricultura familiar do projeto CAB.



Fonte: Adaptado pelo autor - Cultivando Água Boa. (ITAIPU, 2010)

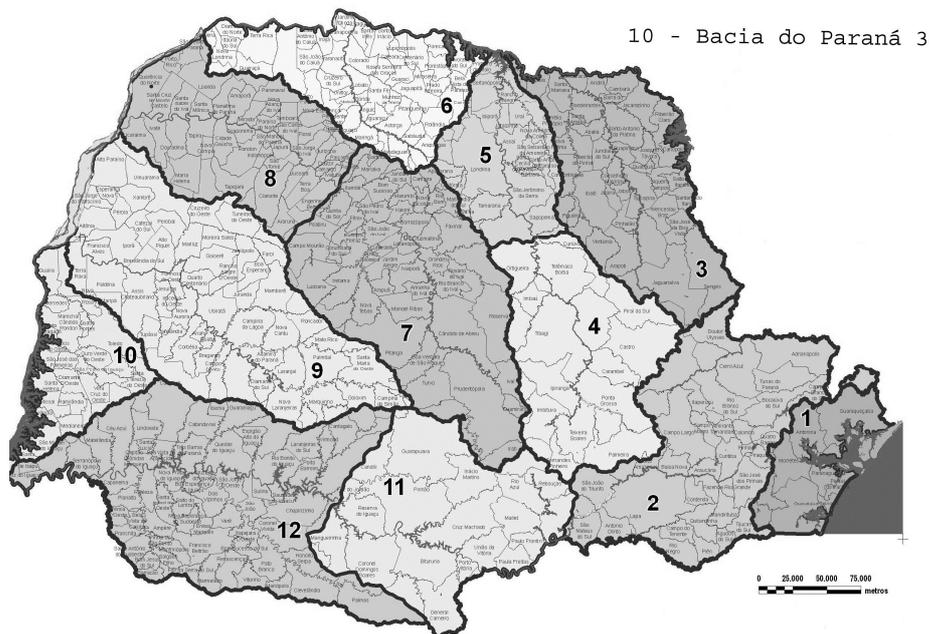
Percebe-se na figura 2, em destaque, o diagrama da Agricultura Orgânica, que representa o campo de estudo que norteará a análise da produção e distribuição da Bacia do Paraná 3. A figura 2 acima contempla as ações do eixo de sustentabilidade rural que visa o apoio a comercialização aos agricultores orgânicos em programas de aquisição de alimentos, circuito de comercialização, feiras, eventos e a criação de uma marca para os produtos regionais.

O projeto Água Boa – CAB tem a pretensão de envolver as 26 mil propriedades rurais conduzidas em sistema de exploração familiar na Bacia do Paraná - BP3, que representam aproximadamente 90% do total dos agricultores da região, sendo mil agricultores familiares orgânicos ou em conversão, principalmente com difusão de tecnologias e atividades para diversificação de sistemas de produção (ITAIPU, 2010).

A área abrangida pelo projeto envolve total ou parcialmente 28 municípios oeste paranaenses: Altônia, Cascavel, Céu Azul, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira,

Mercedes, Missal, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Teresa do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo e Vera Cruz do Oeste, que representam aproximadamente 90% do total dos agricultores da região oeste do Paraná. As figuras 3 e 4 representadas pelos mapas, apresenta a região da Bacia do Paraná 3.

Figura 3 – Mapa de localização da Bacia do Paraná 3 – Oeste do Paraná



Fonte: adaptado pelo autor de SUDERHSA, 2006

A próxima Figura na página seguinte refere-se à hidrografia e os municípios limdeiros da Bacia Hidrográfica do Paraná 3 – BP3.

rural e o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) de Marechal Cândido Rondon. Este breve histórico regional da produção orgânica na região foi comentado em entrevista dada no dia 14 de julho pelo Sr. Herbert Lamp, de Quatro Pontes, diretor da Cooperativa COOPERFAM.

Hoje existe na região um intenso processo de formação de agricultores dentro do sistema de produção orgânica. Este processo, como citado acima, iniciou com a articulação do SEBRAE em convênio com prefeituras e o Instituto Maytenus, de Toledo. Neste início foram levantadas as principais alternativas de diversificação, mercado e renda no município. Entre os setores alvos deste trabalho destacou-se a agricultura orgânica. Foram convidados agricultores locais e regionais para iniciar um processo de formação na área de produção orgânica, atividade de formação desenvolvida pelo Instituto Maytenus do município de Toledo, que é contratado pelo SEBRAE. Na sequência, foram montadas as associações. O trabalho de assistência técnica mais intensiva somente é feito pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), entidade sediada em Mal. Rondon, que tem o apoio da Igreja Luterana, juntamente com a EMATER em convênio com o CAPA, através do qual foi prestada assistência intensiva, em meio período, para um grupo de agricultores certificados.

Em 2003, então, inicia-se o projeto CAB, com o apelo da sustentabilidade rural conforme explica neste capítulo e com a necessidade de dar sequência aos trabalhos anteriores. Neste caso, as associações já estavam formadas na região. O propósito era intensificar a assistência técnica e proporcionar aos novos produtores em conversão a abertura de mais mercado para essa produção orgânica.

Para alcançar os objetivos traçados pela ITAIPU BINACIONAL, em busca da sustentabilidade rural e o bem estar social e ambiental da região, foram formados os chamados cinco eixos do desenvolvimento rural sustentável: apoiar a rede de assistência técnica e a extensão rural; apoiar e incentivar o desenvolvimento tecnológico (Pesquisa & Desenvolvimento); apoiar a organização dos pequenos agricultores (Associativismo); desenvolver a qualificação e a certificação da produção; e Auxiliar na comercialização e no marketing orgânico.

Para a assistência técnica de extensão rural, a ITAIPU contou com 26 técnicos e 60 agentes de extensão rural; em pesquisa e desenvolvimento (P&D), foram construídos laboratórios de manejo biológico de pragas, com 15 projetos de pesquisa e estudos em agroecologia, utilizando também 30 propriedades como referências aos projetos e 44 unidades de teste de validação; para apoiar a organização das associações, foram fundadas duas

cooperativas: cooperativa Agrofamiliar Solidária dos Apicultores da Costa Oeste do Paraná (COOFAMEL) e Cooperativa da Família (COOPERFAM). Para desenvolver a qualificação e a certificação da produção, a ITAIPU incentivou a certificação participativa da REDE ECOVIDA, estimulando a produção com selo ECOVIDA de certificação e o apoio de 10 agroindústrias familiares na agrotransformação. O apoio da ITAIPU BINACIONAL, para a implantação da agroindústria familiar na região, aconteceu por meio de recursos oferecidos para as prefeituras do municípios interessados. Em entrevista com os presidentes das associações, estes recursos eram repassados para as prefeituras e estas em contra partida subsidiavam 30 % do total na implantação. Todos estes passos foram importantes na contribuição das realizações das ações do eixo de sustentabilidade rural.

A ação referente à comercialização representou o auxílio do marketing orgânico, incentivando o consumo e a distribuição da produção. Foi criada a VIDA ORGÂNICA, marca desenvolvida para a conscientização do consumidor e também para o fortalecimento de ações integradas de comercialização. Os primeiros resultados do marketing Vida Orgânica foram a participação dos produtores em eventos, feiras específicas, feiras locais e projetos publicitários, possibilitando uma aproximação maior com o consumidor, beneficiando os produtores e estreitando a distância dos seus clientes, além de oferecer aos produtores uma marca de credibilidade juntamente com a certificação da ECOVIDA.

Outro exemplo das ações integradas de comercialização e marketing é o circuito integrado, criado para atender a demanda dos programas governamentais de aquisição direta (PAA E PNAE), que atendem, na região, aproximadamente 500 instituições (creches, escolas, hospitais, restaurantes comunitários etc.). O circuito integrado, incentivado pela ITAIPU BINACIONAL com a criação da Cooperativa da Família (COOPERFAM) em 2006, tem o objetivo de garantir aos produtores uma possibilidade de acesso ao canal de comercialização por programas governamentais. Em meados do ano de 2006, para participar dos programas que aquisição direta, os produtores deveriam estar conveniados às cooperativas, uma vez que nem poderiam participar através das associações, por não terem a finalidade lucrativa. Hoje se faz diferente, devido ao Decreto 5.873, de 16/08/2006, que autoriza as associações a comercializarem em nome de seu representante legal. O decreto que rege a comercialização de orgânicos pelos programas de aquisição direta é o Decreto 6.323, de dezembro de 2007. O circuito integrado tem como objetivo auxiliar as associações, juridicamente e estrategicamente, nos contratos regidos pelo decreto acima mencionado, e visa também organizar a oferta de produtos por associação, fazendo uma otimização da oferta regional da

diversidade produtiva, podendo as associações, de forma integral, atender contratos de maiores demandas.

Ainda neste propósito foi elaborado um material de conscientização da comunidade chamado “cartilha mundo orgânico”, entregue em toda a região. Também foram criadas hortas orgânicas familiares, hortas escolares, qualificação para as merendeiras e também concursos de receitas com alimentos saudáveis.

Todo este processo de conversão da agricultura familiar em estudo, que representa o propósito desta pesquisa e a pergunta chave para o objetivo principal deste trabalho, resultou na busca real dos benefícios trazidos por este projeto da ITAIPU BINACIONAL.

4. OS DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA PRODUÇÃO ORGÂNICA: ANÁLISE EMPÍRICA

O presente capítulo discute como acontecem as relações do plano gestor e dos agentes da cadeia produtiva da agricultura familiar - no que se refere à forma de conversão, os benefícios, as dificuldades técnicas e as questões mercadológicas – está dividido em duas partes: a apresentação dos procedimentos metodológicos e a discussão dos resultados empíricos da pesquisa.

4.1 APRESENTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O tipo de pesquisa empreendido neste trabalho foi qualitativa. Para Richardson (1989), a abordagem qualitativa é uma metodologia adequada para entender a natureza de um fenômeno social, utilizada em situações complexas ou particulares. Para a pesquisa qualitativa, a entrevista semiestruturada foi um dos principais meios de realização na coleta de dados. Ao mesmo tempo em que valorizou a presença do pesquisador, ofereceu todas as perspectivas possíveis para que o entrevistado alcançasse a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a pesquisa (TRIVIÑOS, 1987).

Observa-se ainda que a análise utilizada foi descritiva, assumindo o caráter de um estudo de caso. A análise descritiva foi utilizada para caracterizar o projeto CAB e compreender suas particularidades, a partir dos atores entrevistados. Tal análise permitiu que fossem interpretadas as questões semiabertas aplicadas, bem como a fala dos entrevistados, uma vez que houve contato direto.

Como estratégia de pesquisa, optou-se pelo desenvolvimento de um estudo de caso que, segundo Yin (2005), é preferido quando o controle que o investigador tem sobre os eventos é muito reduzido, ou ainda quando o foco temporal está em fenômenos contemporâneos, dentro do contexto de vida real. Godoy (1995) expõe ainda que, “adotando enfoque exploratório e descritivo, o pesquisador que pretende desenvolver um estudo de caso deverá estar aberto às suas descobertas”.

4.1.1 População de estudo e a coleta de dados

Os setores-alvo da pesquisa foram os produtores familiares, associações, cooperativas e as empresas gestoras, vinculadas ao projeto CAB. Para a realização da pesquisa, a metodologia de composição, foi elaborada por meio de dados primários e secundários.

Segundo BRYMAN (1989), os dados secundários são baseados em pesquisa de arquivos que podem ser históricos ou recentes, estatísticas e estudos previamente realizados. Já os dados primários são aqueles que o pesquisador elabora no estudo, ou seja, com interação entre o pesquisador e o objeto de pesquisa.

Os dados secundários são utilizados na elaboração do mapeamento dos produtores, no que tange à localização e a produção. Estes serviram de base na descrição do ambiente onde os produtores familiares de orgânicos estão inseridos e na identificação dos agentes-chaves da cadeia da qual fazem parte.

A partir da identificação pôde-se direcionar a etapa seguinte, ou seja, escolher os agentes sobre os quais seriam coletados os dados primários. Os dados primários foram obtidos mediante pesquisa de campo. O questionário utilizado teve caráter semiestruturado e aplicado *in loco* pelo pesquisador. Os questionários foram previamente submetidos a teste piloto para sanar falhas e problemas de entendimento.

A pesquisa de campo foi realizada com uma amostra de 14 produtores familiares de Associações inseridos no projeto CAB localizadas no Oeste do Paraná. Também foram entrevistados alguns dos 4 representantes de associações e o presidente da COOPERFAM, instituições consideradas potenciais de agricultura familiar na região. Para o levantamento dos dados, foram entrevistados o consultor técnico da agroecologia da Maytenus e o diretor geral do projeto CAB. O número da amostra de produtores entrevistados, refere-se à quantidade de associações pesquisadas na região em estudo, e a escolha do representante de cada associação teve um carácter aleatório. Cabe ressaltar, que estas entrevistas tinham o valor qualitativo mediante a um levantamento *in loco* com os produtores.

No que se refere aos produtores, a amostra foi não probabilística e intencional. De acordo com SELLTIZ et al. (1974), a suposição básica da amostragem intencional é que, com bom julgamento e uma estratégia adequada, pode-se escolher os casos que devem ser incluídos na amostra, a fim de chegar a amostras que sejam satisfatórias para as necessidades da pesquisa. Por mais que a amostra seja não-probabilística, cabe aqui ressaltar sua importância frente ao universo de produtores familiares de cada município lindeiro.

A escolha da região deu-se por diversos fatores. Entre eles, o fato do projeto CAB correlato estar sendo desenvolvido com a proposta de sustentabilidade rural. Neste último caso, foi considerado que os municípios lindeiros do BP3 possuem produtores familiares da agricultura convencional em transformação para a cultura orgânica, assim podendo averiguar a relação de agregação de valor com uma margem de conhecimento maior. Considerando a heterogeneidade da agricultura familiar e os diferentes arranjos distributivos existentes, a escolha da região pôde auxiliar na identificação de pontos relevantes para o estudo.

A análise dos dados consiste no exame, categorização, tabulação ou, de outra maneira, na recombinação das evidências para discutir as proposições iniciais do estudo.

Segundo Boyd e Westfall (1979), a palavra análise significa, literalmente, separar ou examinar criticamente as partes. Desta forma, a análise dos dados consiste em dispor os dados em categorias significativas, determinar diferenças entre elas, explicar por que estas diferenças existem e fazer recomendações.

Com isso, os dados desta pesquisa foram analisados e comparados de forma a verificar as semelhanças, diferenças e particularidades. Buscou-se caracterizar inicialmente os grupos entrevistados e, posteriormente, os diferentes tipos de fornecedores de produtos orgânicos. Também foram caracterizadas as exigências dos clientes, a logística de distribuição e as perspectivas para que os produtores familiares se tornem fornecedores potenciais.

4.1.2 Instrumentos de Pesquisa

Observa-se que, para o cumprimento dos objetivos da pesquisa, foram utilizados quatro instrumentos. Com os presidentes de associações de produtores familiares pertencentes ao projeto CAB, foram feitas entrevistas não estruturadas, que objetivaram auxiliar na compreensão das dificuldades na conversão, na comercialização, na valorização do trabalho, na agregação de valor na produção e na integração dos produtores na visão das associações. O mesmo instrumento foi utilizado com o técnico em agroecologia pertencente à Maytenus, objetivando uma investigação a realidade na assessoria técnica para a produção agroecológica da região em estudo.

Destaca-se ainda que foi utilizada nesta pesquisa uma entrevista, a partir de dados secundários, do diretor geral do projeto Cultivando Água Boa – CAB, Nelton Friedrich, para o auxílio da construção da visão do gestor do projeto.

Já para investigar os agricultores familiares, foram feitas entrevistas semiestruturadas, compostas de 40 questões, sendo que destas, 35 eram questões objetivas e 5 questões abertas.

No próximo item, será explicado como se deu a construção das questões que regem o instrumento de pesquisa semiestruturado utilizado para o levantamento quantitativo e qualitativo relacionado aos produtores familiares da região em estudo.

4.1.3 Construção do instrumento semiestruturado de pesquisa

A pesquisa objetivou analisar as dificuldades que o produtor dos municípios lindeiros no Oeste do Paraná, pertencentes à localidade da Bacia Hidrográfica do Paraná 3, tem com relação à conversão e a comercialização de produtos orgânicos. E também analisar se esta modalidade agrícola trouxe resultados positivos, ou seja, benefícios ao pequeno produtor da região em estudo. A sistematização da construção dos questionários pode ser conferida na Tabela 5.

Tabela 5 – Sistematização dos objetivos e variáveis das questões semiestruturadas

Objetivos	Variáveis	Valores	Questões
Analisar o perfil do produtor	- localização; - responsável pela gestão da produção; - sexo e idade.	Área e localização	1 e 2.
Analisar a capacidade de produção orgânica	- qual é a área de produção orgânica; - tempo de produção orgânica; - a produção é totalmente orgânica; - tem certificação; - quais as culturas produzidas.	Conhecimentos produtivos	3, 4, 5,6, 7, 8, 9, 10 e11.
Analisar a interdependência e Associativismo	- Onde busca informação para a produção e comercialização; - Mantém parceria ou gostaria de manter; - Possui orientação de comercialização, preço e embalagem; - Vantagens da Parceria.	Assistência	12,13, 14, 15, 16, 17, 22, 24 e 25.
Analisar os canais e	- Onde é comercializada a	Canais de	18,19, 23,

as propriedades regionais de comercialização	produção; - Existe orientação pela ITAIPU na comercialização; - Orientação comercial; - Exigências comerciais; - Relações com o transporte.	Comercialização	26, 27, 28, 30,31 e 32.
Analisar as principais dificuldades da produção orgânica	- Principais dificuldades na comercialização; - Motivo de não ter o produto suficiente; (Negativo). - Pontos Negativos da Produção Orgânica; - Principais desafios aos pequenos produtores; - Principal dificuldade na conversão.	Desafios da produção orgânica	20, 21, 29, 37, 38 e 40
Analisar os principais avanços regionais com a produção orgânica e a agregação de valor na produção	- Principais características na comercialização dos produtos da agricultura familiar; - Motivo de não ter o produto suficiente; (Positivos). - Pontos Positivos da Produção Orgânica; - Principal mudança nesta transformação; - Principais perspectivas e tendências.	Potencialidades da produção orgânica para a agricultura familiar	33 34 35 36 e 39
Analisar a conversão dos produtores e a relação da valorização do trabalho	- A conversão trouxe benefícios ao produtor regional; - Existe o apoio do projeto aos produtores; - Principais expectativas restantes do projeto CAB; - Principal dificuldade na conversão.	Sustentabilidade Rural e o Projeto CAB	33, 35, 36, 38 e 39.

Fonte: adaptado de Schmidt (2010).

Na seção seguinte apresentam-se os resultados empíricos encontrados neste estudo.

4.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS EMPÍRICOS

O presente tópico apresenta, com base na revisão teórica e na pesquisa empírica realizada, a análise e interpretação dos resultados, procurando colaborar para a sustentabilidade da cadeia produtiva da região em estudo.

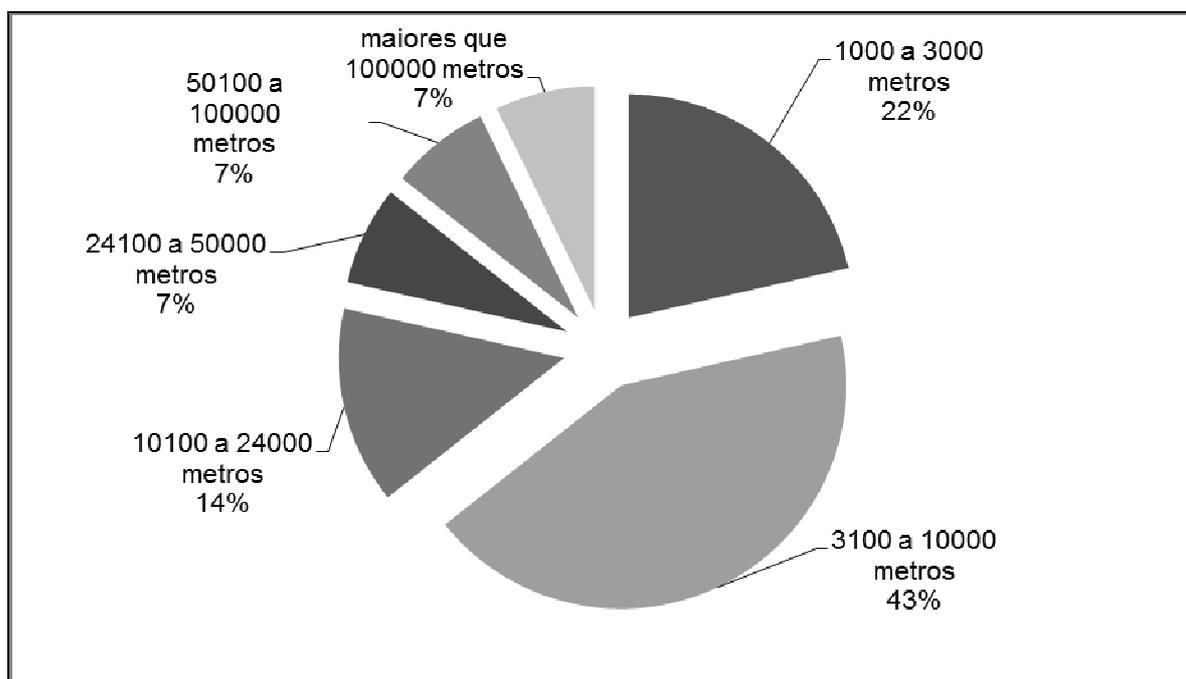
No primeiro momento, são apresentados os resultados das entrevistas semiestruturadas com o objetivo de mostrar as características do cenário econômico e social dos produtores familiares orgânicos e os arranjos distributivos das produções da olericultura orgânica da BP3. No segundo instante, são discutidos os pontos relevantes dos desafios e benefícios com a transformação da produção convencional em orgânica, baseados nos objetivos propostos. Em seguida, são colocadas as proposições ou hipóteses que podem auxiliar o produtor familiar a melhorar seu posicionamento em termos de comercialização. E no último item, são sugeridos alguns estudos que poderão ser feitos a partir deste trabalho.

Portanto, inicialmente apresenta-se a situação do cenário produtivo dos olericultores familiares orgânicos da região da Bacia do Paraná 3, seguido pela identificação dos canais de distribuição, utilizados pelos produtores e os principais requisitos exigidos pelas principais formas de comercialização de produtos da agricultura familiar.

Ao analisar o perfil do produtor regional, observa-se que 87,5% são homens, e 100% da população pesquisada são proprietários da terra e a idade média destes produtores é de 50 anos. A maioria destes produtores familiares estão há mais de 15 anos na atividade, o fato interessante levantado pela entrevista relaciona-se à percepção destes em relação ao meio ambiente, sendo que todos apresentam um respeito muito grande da preservação do meio. O fato preocupante da pesquisa é que, a maioria dos filhos destes produtores, se encontra estudando ou trabalhando em outras atividades fora do setor rural. Tais dados corroboram com diversos estudos feitos por pesquisadores da área que alertam para o êxodo da população jovem do campo. Como se observou na pesquisa, a idade média do produtor familiar está aumentando, e muitos deles não conseguem estimular seus filhos e netos a permanecerem no campo, dada a baixa rentabilidade e a própria natureza da atividade.

O Gráfico 6 apresenta a média da área de produção das propriedades da agricultura orgânica familiar da região. Como se observa, aproximadamente 65% das propriedades produtivas de orgânicos pesquisadas tem uma área de até 1 hectare que equivale a 10.000 metros quadrados. Segundo Hamersmidt (2006), se compararmos os dados estaduais de produtores orgânicos, a média destas propriedades seria de 3 hectares por família, tornando a maioria das propriedades em estudo menores em relação ao cenário estadual. Portanto, isto significa que o produtor da região apresenta um potencial produtivo e de geração de renda menor em comparação ao modelo do estado.

Gráfico 6 – Tamanho médio das áreas de produção orgânica – 2011



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Estes dados apresentados no gráfico acima serão utilizados ao longo destas análises, pois foi possível perceber na pesquisa que uma das dificuldades apresentadas na comercialização remete a uma das principais deficiências encontradas pelo pequeno produtor, capacidade produtiva e a oferta de produtos. É importante observar, porém, que apesar da maioria das propriedades terem em média 1 hectare, os produtores familiares são de grande relevância no cultivo de olericulturas, sobretudo para o abastecimento do mercado local.

Como visto no referencial teórico, com a mecanização da agricultura nos anos 70, para as pequenas propriedades tornou-se um desafio à relação entre o trabalho rural e o mercado.

Diante da sustentabilidade rural, síntese deste trabalho, analisando os dados iniciais da realidade das áreas de cultivo que o produtor tem disponível para o processo produtivo, pode-se dizer que é necessária uma agregação maior na produção por hectare e tornar o cenário favorável para o agricultor familiar.

VEIGA et al. (2001) informam que, nos sete censos agropecuários realizados no Brasil desde 1950, a participação dos agricultores que têm menos de 100 hectares nunca se distanciou de 90% do total de estabelecimentos, e sempre lhes coube 20% da área, o que

indica uma permanência extremamente duradoura desses produtores de pequeno porte por toda a segunda metade do século. Essa permanência no cenário agrícola, apesar dos constantes desafios, mostra que esse segmento está em constante mudança, compondo estratégias de sobrevivência e reprodução, as quais dependem do meio no qual os agricultores familiares estão inseridos.

Dessa forma, observa-se que a produção orgânica pode representar uma alternativa para a agricultura familiar no que tange aos efeitos sociais, ambientais e econômicos, visto que as práticas de consumo consciente tendem a ocupar um espaço importante no cenário global, colaborando, assim, com a sustentabilidade e a valorização dos produtos oriundos da agricultura familiar.

Com relação à amostra analisada, 85% dos agricultores já tinham transformado a produção em orgânica e os outros 15% estavam em fase de conversão. Sendo que destes 85% dos produtores orgânicos, 64% já estavam certificados pela Rede Ecovida e ainda 10% destes certificados também eram auferidos pelo Instituto Biodinâmico – IBD.

Segundo Campanhola & Valarini (2001), a certificação de produtos orgânicos tem por objetivo proporcionar maior credibilidade dos consumidores e conferir maior transparência às práticas e aos princípios utilizados na produção orgânica. Esta relação da certificação da produção dos produtos agro-familiares, economicamente falando, mostra uma caracterização na agregação de valor da produção e melhores rendimentos para o pequeno produtor.

A marca VIDA ORGÂNICA desenvolvida para fortalecer a imagem do orgânicos na região, juntamente com a certificação da rede ecovida, segundo as entrevistas, trouxe ao agricultor regional uma maior confiança para a comercialização, e um maior reconhecimento devido ao selo e a marca. Para comprovar este resultado positivo do marketing Vida Orgânica, podemos relacionar a participação dos produtores em eventos, feiras específicas, feiras locais e até feira internacional.

Além de auxiliar o produtor com assessoria técnica, o projeto previa um apoio na comercialização e no marketing de produtos saudáveis, este auxílio, tem relação com a certificação e a integração dos produtores. Em entrevista com as associações, 71,4% das propriedades pesquisadas, informaram que recebem informação e orientação da ITAIPU BINACIONAL para a comercialização em feiras específicas e por programas governamentais. Todos os produtores pesquisados fazem parte de algum tipo de associação de produtores, e citam que as principais vantagens nesta parceria é a informação e o acesso ao mercado. Com

relação as informações obtidas pelos produtores por meio das associações, estas dizem respeito às embalagens, preço, comercialização e processos produtivos. Quando foi citado o acesso ao mercado, os produtores evidenciaram os programas de aquisição direta, que corresponde ao auxílio da ITAIPU BINACIONAL neste processo.

Conforme comentado na caracterização do projeto, em meados do ano 2006, antes do decreto autorizando as associações a comercializarem a produção por programas de aquisição de alimentos, o produtor deveria estar filiado a uma cooperativa para a realização de contratos para essa finalidade. Portanto com a criação do COOPERFAM, incentivado pela ITAIPU, o produtor poderia comercializar sem problema. Nesse sentido, quando relacionamos as questões do questionário desta pesquisa, quando o produtor descreve a vantagem o acesso ao mercado, este está relacionando as ações da ITAIPU de comercialização.

Este aspecto contribui para a possibilidade de tornar a propriedade rural uma fonte socioeconômica sustentável, com as relações do homem à terra e ao meio social e cultural, oferecendo ao produtor uma expectativa rural maior do que a existente. A seguir serão apresentadas as associações presentes na região e pertencentes ao projeto CAB, que representam a extensão e a parceria do produtor. A tabela 6 tem o propósito de apontar as 14 associações, os municípios pertencentes e as culturas produzidas pelos seus produtores filiados que foram entrevistadas. As culturas produzidas na região, como apontadas pelas entrevistas, fazem parte da produção olerícola da região, na região também são produzidos produtos transformados, mas não foi o propósito deste projeto levantar as características da produção.

Tabela 6 – Associações, Municípios e os produtos da agricultura orgânica na região do BP3 - 2011

Associação/Órgão	Município	Podutos orgânicos In-Natura
ACEMPRE	Mal. C. Rondon	<p style="text-align: center;"><u>In-natura:</u></p> limão, Bergamota, laranja, uva, Abacate, Banana, Batata doce, tomate, Cenoura, Beterraba, Chuchu, Pimentão, Rabanete, Mandioca, Berinjela, leite, mel, Pipoca, Erva mate, Ovos.

ORGAROSA Associação dos Produtores Orgânicos de Nova Santa Rosa	Nova Santa Rosa	<u>In-Natura:</u> Frango, leite, uva, peixe, cana de açúcar, alface, alho, amendoim, banana, batata doce, castanha, feijão, laranja, lima, Mandioca, Mel, Melão, Milho, Ovos, Rabanete, Rúcula, Tomate e Vagem.
APROMER Associação dos Produtores orgânicos de Mercedes	Mercedes	<u>In-Natura:</u> Mandioca
APOQP Associação dos Produtores Orgânicos de Quatro Pontes	Quatro Pontes	<u>In-natura:</u> Abobrinha, Alho, Banana, Chuchu, Feijão, Frango, Leite, Mamão, Maracujá, Mandioca, Mel, Milho, Nata, Ovos, Peixe, Tomate, <u>Transformados:</u> Banha, Bolacha, Bolinho, Cachaça, Conserva, Cuca, Cueca Virada, Defumado De Suíno, Geléia, Laranja, Melado, Morcilha, Pão, Polvilho, Peixe-Filé, Queijo, Torresmo, Requeijão, Salame, Suco De Uva, Vinagre, Vinho, Wafle, Licores, Chimier de Uva, abobora, banana, Goiaba, compota de figo
APOP Associação dos Produtores Orgânicos de Pato Bragado	Pato Bragado	<u>In-natura:</u> Frango, leite, uva, peixe, Alface, Batata Doce, Chá, Chuchu, Laranja, Mamão, Maracujá, Mandioca, Mel, ovos.
APOER Associação dos Produtores Orgânicos de Entre Rios do Oeste	Entre Rios do Oeste	<u>In-natura:</u> Frango, leite, uva, Alface, Batata Doce, Chuchu, Laranja, Mamão, Maracujá, Mandioca e ovos.
APROORTO Associação dos Produtores Orgânicos de Toledo	Toledo	<u>In-natura:</u> Abóbora, Abobrinha, Acerola, Alecrim, Alface, Almeirão, Abacate, Arroz, Banana, Beterraba, Brócolis, Chicória, Cenoura, Coentro, Couve, Couve Flor, Dente De Leão, Escarola, Espinafre, Feijão, Funcho, jiló, Guaco, Goiaba, Jabuticaba, Laranja, Lima, Limão, Mandioca, Mamão, Manjerição, Maracujá, Melissa, Milho, Mostarda, Pimenta, Pepino C, Pepino S. Poejo, Quiabo, Rabanete, Radite, Repolho, Rúcula, Tomate, Tempero Verde, Vagem.
APROMIS Associação dos Produtores Orgânicos de Missal	Missal	<u>In-natura:</u> Mandioca descascada, frutas diversas (uva, amora, mamão, acerola, citros em geral, jabuticaba, banana, abacate entre outras), hortaliças diversas (tomate, moranguinho, alho, folhosas, pepino, beterraba, cenoura, vagem, temperos entre outros), amendoim, leite, milho.
AAFEMED Associação dos Agricultores Familiares e Ecológicos de Medianeiras	Medianeira	In- Natura- Milho
APROSMI Associação dos Produtores Orgânicos de São Miguel	São Miguel do Iguaçu	In-natura- Alface, beterraba, rabanete, mandioca, brócolis, couve-flor, feijão, tomate, chicória tempero, tempero verde, rúcula, laranja, berinjela, batata doce, banana, limão Taiti.
APONG		

Associação dos Produtores Orgânicos e Naturais de Guaíra	Guaíra	In-natura- abacaxi, banana, maracujá
AAFASPI Associação da Agropecuária Familiar de São Pedro do Iguazu	São Pedro do Iguazu	In-natura - Tomate, cenoura, alface, couve e chicória.
AAFO 1º De Março Associação dos Agricultores Familiares	São José das Palmeiras	In-natura- alface, rabanete, almeirão, almeirão, rúcula, quiabo, couve-folha, laranja, mixirica, laranja, ponkan, limão rosa, banana, abóbora, uva de mesa, maracujá, noz pecan, chuchu e amendoin.
ADAF Associação Agricultura Familiar	Diamante D'Oeste	In-natura- Banana, repolho, laranja, pokan, amendoin, limão rosa e alho.

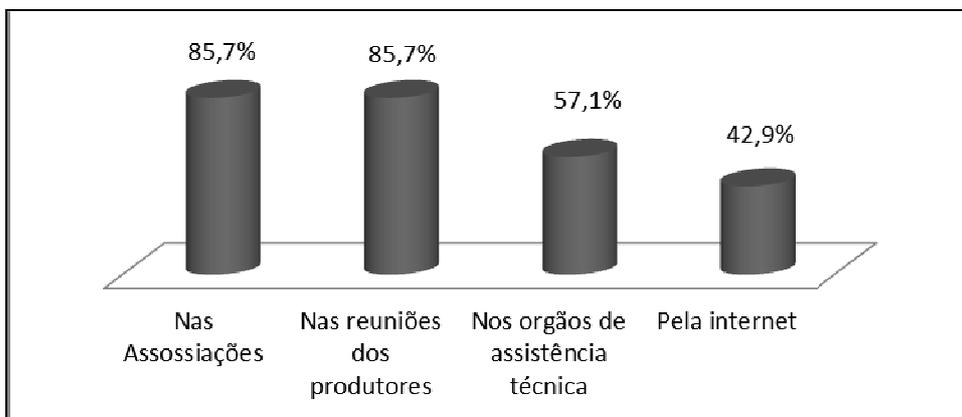
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

A partir desta tabela, é possível observar a diversidade da produção orgânica na região em estudo, essa diversidade representa a realidade produtiva oferecida pelas associações presentes na região. A própria cultura orgânica valoriza a biodiversidade da produção, favorecendo a pluricultura e a diversificação de culturas para o melhoramento e a manutenção do solo e do equilíbrio ambiental da propriedade.

O resultado a seguir, pode evidenciar a relação existente entre o processo de sustentabilidade da agricultura orgânica e a interdependência do agricultor pela parceria técnica e de comercialização, mostrando a importância do associativismo rural para as pequenas propriedades.

Segundo a pesquisa, todos os entrevistados mantêm parceria com associações regionais, mas ainda gostariam de ter mais proximidade com parceria e instituições de assessoria técnica. Esta interdependência está relacionada a necessidade técnica do produtor e na oportunidade do conhecimento associativo. Estas informações auferidas são alcançadas mediante às reuniões de produtores e cursos oferecidos pela associações. No gráfico 7, localizado na próxima página, apresentam-se as principais fontes de informações técnicas e comerciais onde o produtor busca parâmetros para a sua produção.

Gráfico 7 – Principais locais que os produtores orgânicos buscam informações para a produção – 2011



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Conforme o gráfico 7, os conhecimentos pelas reuniões dos produtores, ainda são o principal meio de troca de experiências e desenvolvimento. As associações têm representado importante forma de acesso a estes conhecimentos e uma ferramenta essencial para o desenvolvimento socioeconômico. Assim, mobilizar os agricultores para a maior participação política é fundamental para que a técnica e o conhecimento deixem de ser distantes e passem a incorporar suas propriedades como fator de troca de experiências e vivências, agregando valores ao seu trabalho.

Frantz (2002) considera que se desenvolver não significa seguir um rumo previamente inscrito na vida social, mas exige a construção das próprias condições dessa vida social pela ação dos homens. No processo do desenvolvimento local, é imprescindível o reconhecimento da multiplicidade e diversidade das potencialidades humanas. Neste sentido, o associativismo instrumentaliza os mecanismos que concretizam as demandas sociais e que tornam os homens mais próximos da busca de autonomia na promoção do desenvolvimento local.

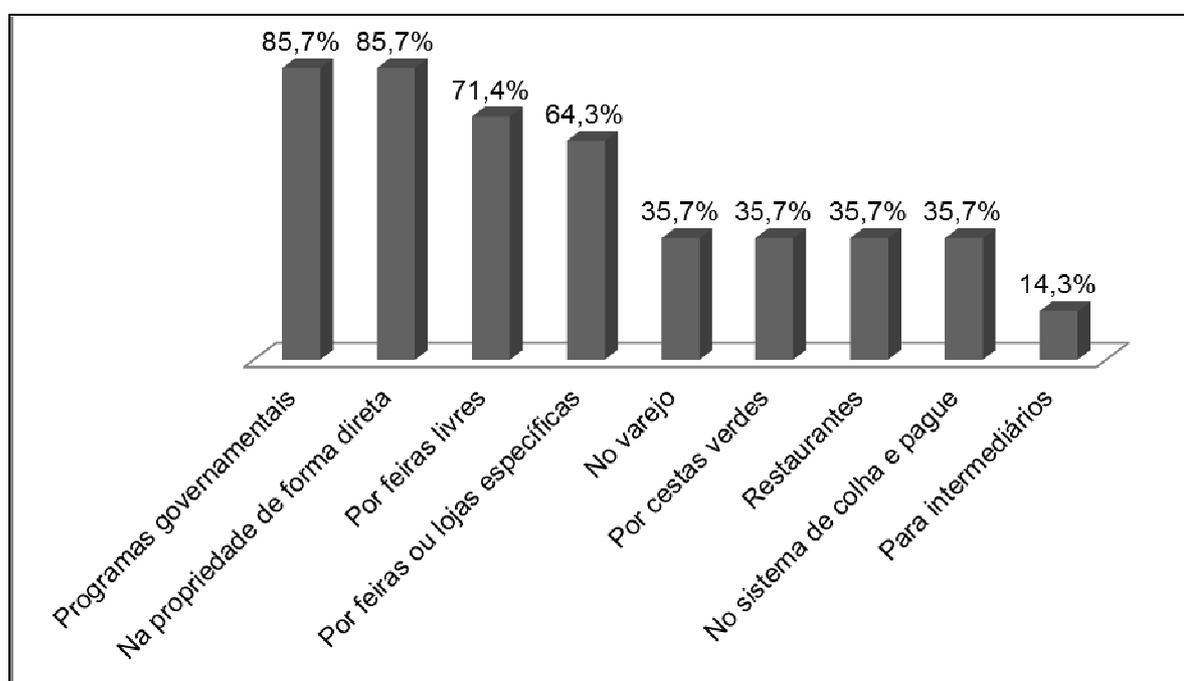
Ainda referente ao gráfico 7, pode-se destacar a busca de informação pela internet para a geração de conhecimento, pois observa-se que inicia um novo processo digital no campo oferecendo uma nova possibilidade de informações técnicas ao produtor.

Um grande avanço das associações pesquisadas diz respeito ao aspecto comercialização, pois além do produtor possuir informação por meio desta inter-relação sobre preço, embalagem e locais de distribuição, as associações oferecem aos seus filiados, a

possibilidade de uma abertura maior de mercado. Como podemos observar no Gráfico 8, para os agricultores os programas governamentais já representam as principais formas de escoamento de sua produção.

Dos produtores entrevistados, 85,7% fazem a comercialização pela forma direta na propriedade, mas a principal forma de comercialização utilizada pelos produtores é a forma direta por programas de aquisição de alimentos, os PAA e os PNAE, programas nacionais de alimentação escolar. Na pesquisa, todos os produtores sabem onde seus produtos são comercializados, confirmando a autonomia desta comercialização independente de intermediários.

Gráfico 8 – Principais formas de distribuição e comercialização utilizadas pelos produtores pesquisados – 2011



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

No gráfico 8, primeiramente destacamos a diminuição dos intermediários no processo de distribuição nesta modalidade orgânica. Fator esse, que estimula os pequenos produtores a uma maior aproximação com seus consumidores e deste modo, reconhecendo as necessidades de seus clientes. Também é importante ressaltar, que embora o conhecimento seja extraído dos colegas e associações, as ações do governo se mostram essenciais para a manutenção e desenvolvimento destas famílias.

Segundo Lamp (2011), presidente da COOPERFAM, as associações tem um papel importantíssimo na comercialização por programas de aquisição de alimentos, pois

somente agricultores filiados a associações ou cooperativas podem comercializar a produção por PAA ou PNAE, uma questão burocrática que pode excluir agricultores deste canal.

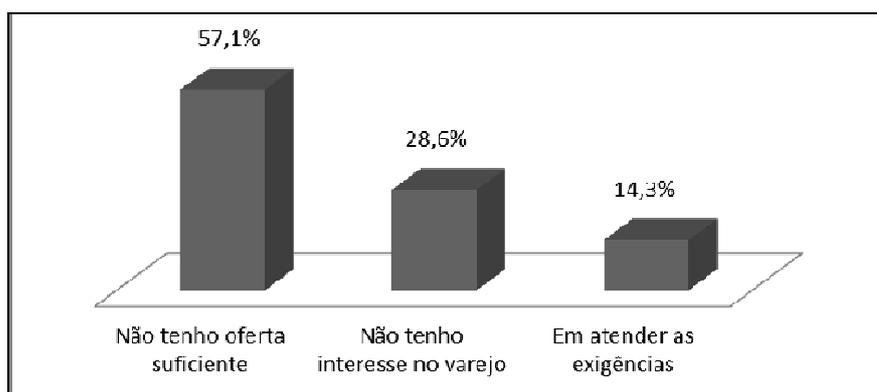
Neste caso, além de fornecer aos seus produtores informações de comercialização, também lhe conferem uma porta para o mercado de maior agregação de valor. Os programas governamentais, como o compra direta PAA e PNAE, ou mesmo as políticas de mercado das feiras livres, permitem ao agricultor uma maior agregação de valor aos seus produtos, tornando mais lucrativo, uma vez que não há intermediários. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) sugeriu, há cinco anos, o pagamento diferenciado para os produtos orgânicos, que segundo Porto (2009), foi uma forma de valorizar e estimular a produção agroecológica, este pagamento poderia chegar até 30% da tabela vigente da Conab. (Conab, 2011).

Ainda, com relação aos programas de compra direta, Sr. Walmir Anderle (2011), presidente da APOP – Associação dos Produtores Orgânicos de Pato Bragado comenta que no ano passado foram comercializados por PAA R\$ 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais) em alimentos saudáveis do BP3 para creches do município de Foz do Iguaçu, na merenda escolar. E complementa informando que 2012 está sendo pleiteada uma licitação de R\$1.800.000,00 (Hum milhão e oitocentos mil reais) para o município de Foz do Iguaçu para as instituições estaduais e municipais hospitalar e de ensino.

Neste caso, as associações tiveram uma grande evolução com a criação da COOPERFAM, incentivada pela ITAIPU BINACIONAL. Este incentivo entra como parte das ações integradas de comercialização. O resultado da criação desta cooperativa foi a elaboração de um canal de comercialização chamado de Circuito Integrado. Esta forma de escoamento tem uma relação com o gráfico a seguir.

No gráfico 9 a seguir, pode-se perceber que a principal dificuldade dos produtores é de não ter oferta suficiente. Para tentar sanar esta questão de forma emergencial, foi criado pela ITAIPU, um mecanismo de gerenciamento de escoamento da produção. Como a oferta de produtos por produtor é pequena, característica comum da agricultura familiar, este instrumento de distribuição funciona como uma produção integrada. Quando a oferta de uma associação fica reduzida, automaticamente são demandados os produtos por outra associação pertencentes ao projeto. Deste modo, as associações conseguem manter os contratos vigentes, com a regularidade da entrega de produtos. Esta organização é feita pela cooperativa e associações de maneira integrada.

Gráfico 9 – Principais dificuldades de comercialização pelo varejo – 2011



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

No gráfico 9, pode-se perceber que a principal dificuldade dos produtores é de não ter oferta suficiente. Para tentar sanar esta questão de forma emergencial, foi criado pela ITAIPU, um mecanismo de gerenciamento de escoamento da produção. Como a oferta de produtos por produtor é pequena, característica comum da agricultura familiar, este instrumento de distribuição funciona como uma produção integrada. Quando a oferta de uma associação fica reduzida, automaticamente são demandados os produtos por outra associação pertencentes ao projeto. Deste modo, as associações conseguem manter os contratos vigentes, com a regularidade da entrega de produtos. Esta organização é feita pela cooperativa e associações de maneira integrada.

Portanto, um dos desafios apontados pelo CAB é a formação de uma rede por meio de associações e o apoio a esta rede na transformação da produção convencional em orgânica, por assistência técnica, com o objetivo de auxiliar o produtor na conversão, buscando agregar maior valor na produção da pequena propriedade, deixando-a mais lucrativa e sustentável.

Assim sendo, os sistemas de produção orgânica constituem-se em boa oportunidade aos pequenos agricultores, uma vez que, embora utilizem mais mão de obra e apresentem menor produtividade que os sistemas convencionais, mostram um desempenho econômico sempre melhor, traduzido por menores custos efetivos, maiores relações benefício-custo e maiores rendas efetivas (CARMO; MAGALHÃES, 1998).

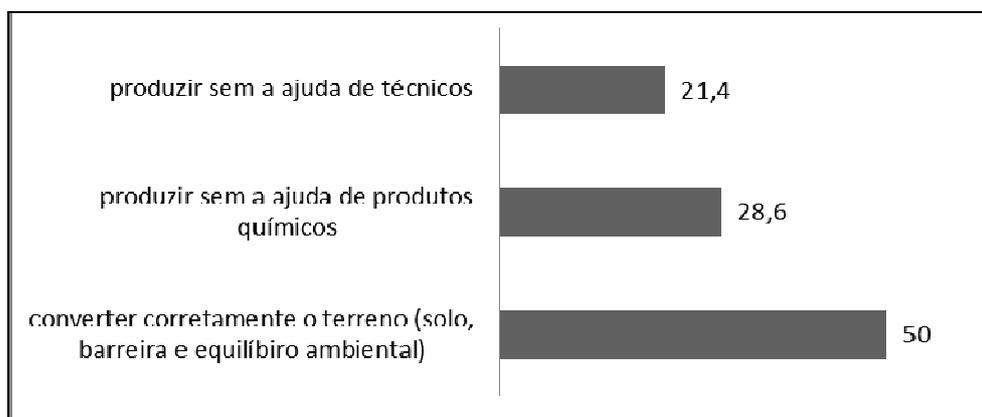
Contudo, outro aspecto levantado pelos produtores é que não há maior oferta de produto porque não há espaço e capacidade produtiva. Quase 50% dos produtores citaram como principal motivo da insuficiência de oferta a incapacidade de maior produção. Este

argumento justifica-se pelo trabalho artesanal, pelo uso da força de trabalho familiar e pela falta de mais tecnologia no processo produtivo – que é, ainda, uma barreira que impede o acesso a informações por meio de programas e técnicos capacitados, como, por exemplo, o conhecimento dos fatores naturais do cultivo.

Kathounian (2001) destaca que o fato de a produção orgânica utilizar menos insumos materiais que a produção convencional é resultante do uso de um produto não tangível, o conhecimento. Dessa forma, as peculiaridades nesse encaminhamento fazem com que o processo de produção e adoção seja mais complexo, tanto na compreensão do conjunto de elementos, como na exigência de maiores conhecimentos técnicos e agroecológicos.

Esta questão relacionada a assistência técnica e capacidade produtiva é o cerne da produção orgânica na região em estudo, pois, ao questionar o produtor sobre qual a principal dificuldade na conversão da produção, obtiveram-se as informações conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 10 – Principais dificuldades na conversão para a produção orgânica – 2011



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Das principais dificuldades na conversão, tem-se uma relação diretamente envolvida no processo técnico da produção. Segundo Aderle (2011), a maior dificuldade está nos três primeiros anos devido a falta do conhecimento da nova cultura. Ele completa, “ainda hoje temos muita deficiência na parte de conhecimento técnico, de como proceder na produção orgânica e também para aumentar o suporte de quem está começando.”

Lamp (2011), contribui com a questão, afirmando que quando iniciou o projeto, o SEBRAE e a MAYTHENUS, iniciaram um trabalho importante na região. E a ITAIPU

ajudou bastante com a assistência técnica e a extensão rural, mas hoje devido à falta de técnicos, muitos estão desenvolvendo papéis burocráticos nas associações e não estão mais na lavoura, prestando a assistência técnica devida. Outro fator que dificulta é a falta de interesse governamental, principalmente das prefeituras, no setor da agricultura familiar. Hoje, a ITAIPU colabora com os técnicos para o auxílio na conversão, mas a prefeitura dos municípios, que deveria entrar com uma contrapartida de 30%, em muitos casos não disponibiliza tal parceria.

Ainda sob o aspecto da assistência técnica, foi entrevistado o Sr. Marcos Collet, no qual buscamos esclarecer a temática, o questionamos sobre o principal problema de assistência técnica para região, e ele respondeu que é a falta de assistência técnica e também do conhecimento técnico. A falta de incentivo à pesquisa e de técnicos que seguem esta linha de produção agroecológica é o principal fator desta escassez de conhecimento e de mão-de-obra especializada neste segmento. A maior dificuldade para o produtor na transformação da produção convencional para a orgânica, na visão de Collet (2011) é a insegurança do produtor, por este não dominar a técnica e depender de assistência especializada. O consultor ressalta que são poucos os profissionais que atendem este mercado e que não conseguem atender a todas as propriedades, representando no gargalo da produção orgânica. O técnico ainda descreve que as primeiras perguntas do produtor na conversão desta filosofia de produção são: Como se produz; Como que elimina as pragas, os predadores e as doenças; Só depois surgem as perguntas como: O de que devo plantar; Qual será o meu mercado. Para ele, o produtor só irá ter a certeza de se inserir neste tipo de cultivo com estas respostas bem esclarecidas.

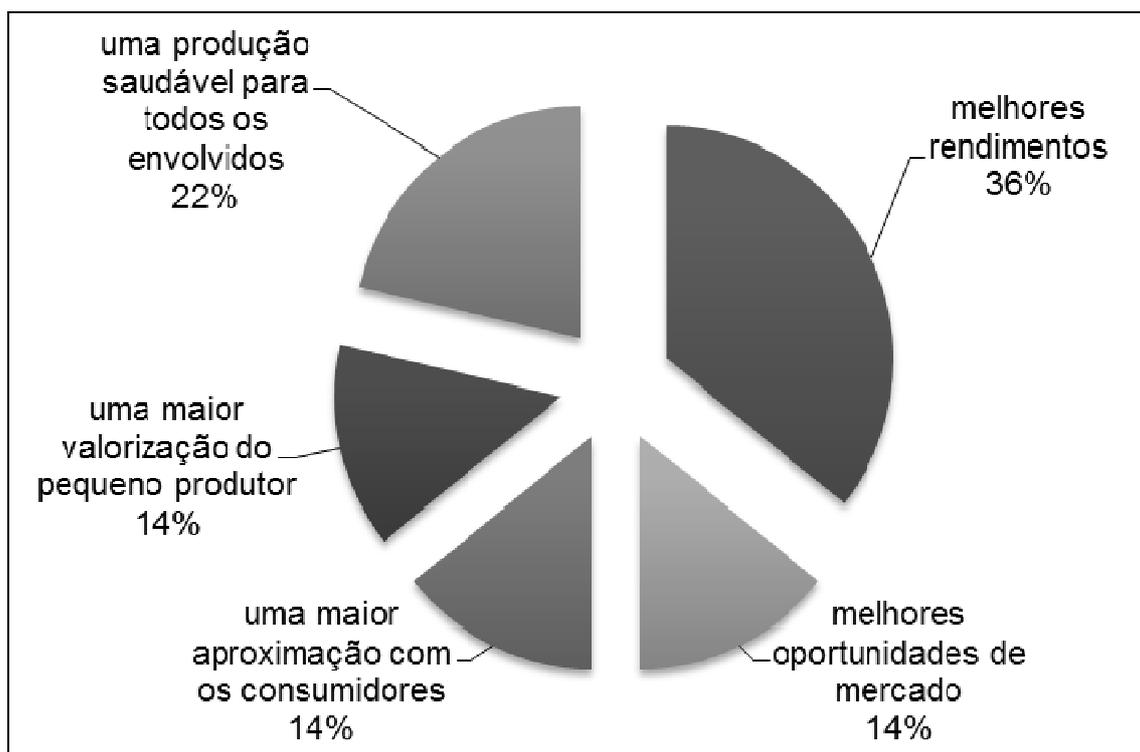
Tal cenário é corroborado por Darolt (2000), que afirma que a maioria dos trabalhos de investigação, bem como as orientações técnicas, são direcionadas a componentes do sistema. Entretanto, as maiores carências estão na compreensão do sistema no seu conjunto. Cabe salientar que não somente são poucos os técnicos formados para atender às demandas da agricultura orgânica baseada nas tecnologias de processos, como são ainda em menor número aqueles preparados para utilizar as abordagens participativas para a geração e difusão de práticas agrícolas voltadas às especificidades de cada unidade produtiva.

Assim, pode-se perceber que a dificuldade técnica é grande e talvez seja possível modificar esta realidade. Os produtores, de acordo com as respostas obtidas buscam tirar suas dúvidas, com outros produtores, associações. Neste ponto, acredita-se que a participação de insituições de pesquisa e de tecnologia faz-se necessária, pois a regioao está proxima do eixo

cascavel-toledo, que tem o maior nível tecnológico em agricultura da região sul brasileira. Ou seja, há tecnologia na região, só precisa direcionar para a produção agroecológica, o que poderia acontecer a partir de maior integração das associações e da cooperativa com as universidades e institutos tecnológicos.

Mas a transformação em orgânicos, trouxe mudanças positivas além das dificuldades, como pode ser visto no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Principal mudança para o produtor na conversão da produção – 2011



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Quando perguntamos ao produtor qual foi a principal mudança sentida com a conversão da produção, 36% responderam que trouxe melhores rendimentos para a pequena propriedade.

Com essa mudança visível, todos os produtores acreditam mais no produto orgânico e no seu aumento de consumo, como vem acontecendo todos os anos. Segundo os agricultores, essa agregação de valor à produção garante otimização de renda na propriedade e uma melhor condição de sustentabilidade social neste tipo de propriedade.

Ruault (2002) destaca alguns elementos a serem considerados quando do processo de conversão da agricultura convencional à orgânica, principalmente quando se trata das

tecnologias de processo: a necessidade de ações de formação, diante do papel essencial do conhecimento; desenvolvimento de formas de trabalho baseadas na troca de experiência entre agricultores e técnicos; e multiplicação dos programas de experimentação, com o objetivo de produzir referências técnico-econômicas, sociais e ambientais.

Com essa relação, podemos citar os principais pontos positivos levantados na pesquisa - além de conferir uma maior lucratividade da produção, observou-se que os produtores, de forma unânime, responderam que a principal característica desta produção é a promoção da saúde coletiva da comunidade. No gráfico 11, para 85,7 %, este tipo de agricultura, além de promover a sustentabilidade ambiental, fomenta uma boa saúde para todos os envolvidos. Sra. Senilda Lenz (2011), destaca, *“além de produzir alimentos mais saudáveis para a comunidade, as nossas relações com os alimentos também mudaram”*.

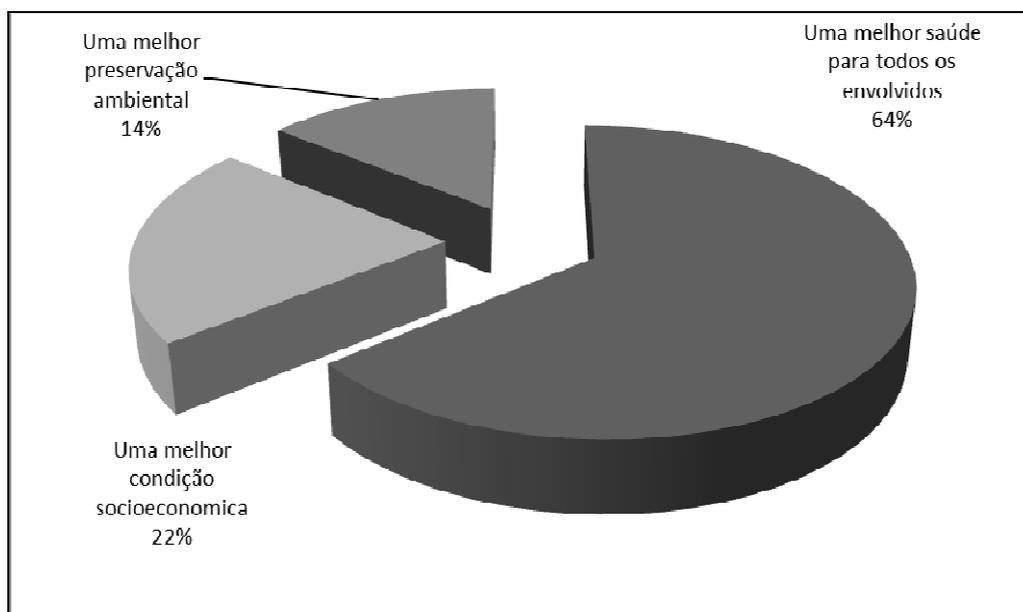
Nas questões abertas foram citados outros vários pontos positivos da produção orgânica, como sendo uma produção adequada ao pequeno produtor, diminuindo o êxodo rural, uma produção que tem uma melhor aceitação pelo consumidor e uma maior valorização da produção artesanal.

Perguntado qual foi o principal ganho para a família na transformação da produção em orgânicos, 78,6 % responderam que o principal ganho foi a saúde do produtor no campo, sendo que os demais comentaram a sustentabilidade econômica do produtor.

Segundo Lenz (2011) produtora e presidente da APOGP – Associação dos Produtores Orgânicos de Quatro Pontes, *“a mudança foi para mim e para minha família, depois que comecei a trabalhar com orgânicos a minha saúde é outra”*. Segundo ela, os químicos da produção convencional estavam fazendo mal para toda família, *“o pequeno produtor não sabe manipular os produtos, são muitos aqueles que se intoxicam frequentemente”*. Para ela, a principal vantagem da conversão foi a questão da melhoria da saúde e, conseqüentemente, da qualidade de vida.

Destaca-se ainda que o objetivo principal deste trabalho foi auferir os benefícios que a conversão em orgânicos trouxe para os produtores da agricultura familiar do projeto Cultivando Água Boa da região do BP3. No gráfico 12, foram colocadas as principais respostas da questão aberta do questionário semiestruturado relacionado ao tema.

Gráfico 12 – Principal benefício conquistado pelo produtor inserido no projeto CAB pela conversão da produção – 2011



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Como se observa, o grande benefício é mesmo uma melhor saúde para todos os envolvidos. Esta questão tem uma relação com um duplo significado, pois simboliza o benefício para o produtor e também para os consumidores dos alimentos saudáveis, mesmo representando 64%. Em todos os questionários foi levantada a questão da melhoria da saúde familiar. Em alguns momentos, este fator se mostra bem marcante para o produtor.

Percebe-se assim que esta modalidade de produção rural pode representar uma adequada condição ao pequeno produtor, pois, além de garantir qualidade de vida às famílias rurais, pode melhorar o desenvolvimento local da comunidade rural.

Segundo Buarque (2002), desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

Como podemos observar neste capítulo, os produtos orgânicos favorecem, e muito, os produtores familiares, pois oferecem melhor saúde para os envolvidos, melhor preservação ambiental e melhor condição socioeconômica com a agregação de valor para o produto e trabalho.

No próximo capítulo, são apresentadas as considerações finais acerca do tema proposto.

5. CONCLUSÕES

O presente capítulo apresenta as conclusões deste trabalho, procurando mostrar as contribuições da dissertação desenvolvida, baseada nos objetivos propostos. Em seguida, são colocadas as proposições que podem auxiliar o produtor familiar a melhorar seu posicionamento em termos de sustentabilidade rural. E, no final, são sugeridos alguns estudos que poderão ser feitos a partir deste trabalho.

Com base nos resultados da produção orgânica provenientes da agricultura familiar e nos objetivos propostos, o projeto Cultivando Água Boa, promovido pela ITAIPU BINACIONAL, que tem como objetivo implantar um modelo de preservação ambiental, com o pressuposto de sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos municípios limleiros situados na região da Bacia Hidrográfica do Paraná 3, oferece ao produtor uma condição favorável à conversão, promovendo um desenvolvimento das comunidade rurais.

Esta transformação da produção da agricultura familiar da região em estudo viabiliza ao produtor uma nova forma socioeconômica de relacionamento com o trabalho e com a interdependência dos agentes produtores, pois, como observamos nos resultados, para o crescimento e desenvolvimento da produção, a tecnologia envolvida no processo orgânico representa o conhecimento construído coletivamente. O associativismo estimulado pelo projeto CAB interfere diretamente nos resultados para o produtor rural, no que tange à forma de comercialização e a construção do conhecimento coletivo. A relação é muito mais interdependente entre os agentes desta cadeia produtiva orgânica.

Os bons resultados conferidos nesta pesquisa também têm relação com as questões que envolvem a saúde da comunidade - foi possível perceber que todos os produtores conferem a esta conversão uma melhoria na qualidade da saúde familiar. Uma melhor saúde para todos os envolvidos significa para os produtores um bem estar familiar e comunitário. A comunidade não ganha somente na preservação do meio, mas também ganha alimentação saudável com ingredientes frescos, produzidos próximos ao lugar de consumo (com menor impacto ambiental da logística de distribuição).

Do ponto de vista econômico, foi possível perceber que a produção orgânica trouxe um melhor rendimento para o produtor. Segundo os esclarecimentos dos presidentes das associações, é visível à valorização da produção e também de uma menor dependência com intermediários, inclusive os custos da produção com passar dos anos vai diminuindo tornando a produção cada vez menos dependente das externalidades na propriedade. Todos os

aspectos citados oferecem ao agricultor uma condição sustentável economicamente devido à produção orgânica. Ainda, para complementar a resposta, muitos produtores afirmaram que houve melhoras na condição de vida nestes últimos anos devido ao novo cultivo.

Entretanto, foi possível perceber também que o produtor necessita que melhore o serviço de assistência técnica pública, pois a maior dificuldade ainda é a assistência na lavoura, tanto mais para os produtores em conversão, um item importante observado nas entrevistas com os produtores e associações, foi a participação de técnicos nos processos burocráticos para o programas governamentais de compra direta, por falta de conhecimento dos produtores nas questões documentais. Este fator mostra uma maior dependência dos técnicos não só no processo da lavoura, mas também da informação legal dos tramites burocráticos dos programas governamentais.

Além do auferido, será necessário investir em mais Pesquisa & Desenvolvimento, pois, mesmo com tantas Instituições de Ensino e Pesquisa, são poucos os projetos e técnicos que tratam das especificidades em agroecologia. Para mudar este cenário da pesquisa, seria necessário incentivo público e parcerias com as instituições de ensino.

Neste trabalho observou-se que é necessário aumentar a produtividade local para começar a pleitear novos mercados. Para auferir contratos maiores será necessário ter um comprometimento com a regularidade de entrega, produzindo mais e melhorando o circuito de comercialização.

Para uma maior valorização do produtor, será necessário promover campanhas para valorizar a produção local e familiar, incentivando programas de certificação que diferenciem e atestem os produtos da agricultura familiar. Como podemos verificar pela pesquisa, o nível de renda poderá aumentar, uma vez que é possível gerar agregação de economia, facilitar o relacionamento dos produtores com as estruturas de mercado.

Assim, pelo exposto neste estudo, acredita-se que este trabalho possibilitou contribuições em dois aspectos específicos:

- a) Aspectos sociais: contribuição para o esclarecimento de questões como ganhos, relacionamentos, estímulo à criação de redes, pois com relação aos produtos oriundos da agricultura familiar, muitas vezes são os intermediários que acabam se apropriando da renda gerada, principalmente quando o produtor tem uma escala de produção muito pequena e encontra dificuldades em comercializar sua produção. Nestes casos, as redes de cooperação aparecem como uma alternativa para os pequenos produtores, já que possibilitam uma escala maior, maior troca de

conhecimento, assistência técnica, dentre outros elementos. Neste caso, é possível afirmar que o projeto CAB tem um papel extremamente relevante, já que estimulou os produtores a se integrarem por meio de associações e cooperativas.

- b) Aspectos econômicos: Identificou-se que para os produtores, a conversão para produção orgânica representa maior renda e melhores expectativas econômicas. O aumento de consumo de alimentos saudáveis no Brasil e no mundo estimula o agricultor a investir no conhecimento e nas relações com o mercado, possibilitando uma maior agregação de valor em seus produtos. Também foi compreendido que este tipo de cultivo se adapta muito bem na agricultura familiar, oferecendo uma redução de custo de insumos externos. Outro fator importante economicamente é a segurança e estabilidade financeira que os programas de aquisição de alimentos oferecem aos agricultores, pois hoje o produtor pode contar com uma renda fixa, conquistado pelo contrato com as instituições que praticam o PAA.

Como aspectos limitantes do projeto CAB em estudo, acredita-se que sejam necessários avanços nas formas de governança, a fim de possibilitar maior agregação de renda aos produtos e a ampliação de novos mercados. É importante oferecer aos agricultores uma maior eficiência em assistência técnica na lavoura e organizar o circuito integrado, conforme o planejado, a fim de estabelecer na região uma regularidade na capacidade e distribuição, podendo futuramente almejar o tão esperado mercado de varejo - sonho do produtor da COOPERFAM, conforme contemplado em entrevista.

Outro fator a ser explorado na questão da limitação do projeto, refere-se a dependência dos produtores não só pela questão técnica, mas também pelo incentivo da IB nas questões de sustentabilidade rural. Neste caso, observamos uma intensa dependência dos produtores pelo projeto CAB e seus projetos capilares que envolvem desde a produção à comercialização.

Em resumo, esta pesquisa permitiu compreender como vem acontecendo a conversão dos produtores e a influência gestora da ITAIPU BINACIONAL. Ainda contemplou quais os fatores limitantes da produção, apresentando as dificuldades encontradas no processo de conversão e comercialização. Acredita-se que a iniciativa deu um importante “impulso” neste processo para aumentar a sustentabilidade e a valorização dos produtores da região em estudo.

Observa-se, porém, que os resultados não esgotam a pesquisa, apenas sinalizam condições atuais do projeto e que novas pesquisas são necessárias. Sugere-se então que sejam feitas pesquisas complementares, que permitam comparações com outras regiões, que possam mensurar iniciativas de marcas; pesquisas comportamentais que avaliem a disponibilidade dos consumidores em adquirir produtos orgânicos e que mensurem também a percepção dos consumidores acerca dos produtos orgânicos. Outra possibilidade seria avaliar também o desempenho de produtores que não atuam em organizações coletivas.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura Familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva** – SEADE. São Paulo, 1997. Abril/Junho. Vol. 11, nº2:73-78.

AGROSOFT. **Produtores de orgânicos no Paraná buscam certificação com ajuda do PAIS**. Disponível em: <http://www.agrosoft.org.br/agropag/213930.htm>, 2010.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. I. Agroecologia: resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição. **Ciência & Ambiente**. Publicação temática editada na Universidade Federal de Santa Maria. n.27, p.141-152, julh/dez. 2003.

AMORIN, M. S. S; **Democracia e Cultura Política no Oeste do Paraná**. Revista Tempo da Ciência. Volume 14 53-72 1º semestre 2007. Cascavel.

ANDERLE, O. WALMIR. APOP de Pato Bragado. Produtor da Agricultura Familiar e SECRETARIO REGIONAL da COOPERFAM. Presidente da APOP. **OS DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA PRODUÇÃO ORGÂNICA: ANÁLISE DO PROJETO CULTIVANDO AGUA BOA (CAB), NA BACIA DO PARANÁ 3**. [jul, 2011] Entrevistador: Nelson de Castro Neto. UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2011. Arquivo digital 1 (8m).

ARL, Valdemar. **Caderno de Formação - Rede Ecovida de Agroecologia**. Florianópolis, 2007.

ARCHANJO, L.R.; BRITO, K.F.W; SAUERBECK, S. Alimentos orgânicos em Curitiba: consumo e significado. **Cadernos de Debate (Campinas)**,v. 8, p. 1-6, 2001

AZEVEDO, R.A.B. **A sustentabilidade da agricultura e os conceitos de sustentabilidade estrutural e conjuntural**. Revista Agricultura Tropical, Cuiabá, v.6, n.1, p.9-42, 2002.

Bacias Hidrográficas: SUDERHSA - Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, 2006 / 2007.

BATALHA, M. O. **Gestão do Agronegócio: textos selecionados**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2005.

BATALHA, M.O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H.M. **Tecnologia de gestão e agricultura familiar (2)**. In: SOUZA FILHO, H.M.; BATALHA, M.O. **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005. 359

BERMAN, B. **Marketing channels**. John Wiley & Sons. 1996, 663 p.

BOWERSOX, D. J.; COOPER, M. B. **Strategic marketing channel management**. New York: McGraw-Hill Inc., 1992. 488 p.

BOYD, H. W.; WESTFALL, R. **Pesquisa mercadológica: texto e casos**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979. 803 p. ISBN 85-225-0140-8.

BRANCHER, P.C. **As faces da certificação de produtos orgânicos no Brasil: O caso do mercado da Região Metropolitana de Curitiba – PR.** In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá - MT. **Anais...** Cuiabá: UFMT/SOBER, 2004.

BRASIL. Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 28 de dezembro de 2003.

BRASIL. PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Decreto Federal 6.323. Regulamenta a Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, 27 de dezembro de 2007.

BRYMAN, A. **Research methods and organization studies.** New York: Routledge, 1989. 282 p.

CAMPANHOLA, C; VALARINI, P. J. . A Agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia,** Brasília, v.18, n.3, p.69-101, set./dez. 2001

COLLET, A. Marcos. **Instituto Maytenus. os Desafios e potencialidades da produção orgânica: análise do projeto cultivando agua boa (CAB), na bacia do paraná 3.** [jul, 2011] Entrevistador: Nelson de Castro Neto. UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2011. Arquivo digital 4 (7min)

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural.** Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v.1, p.06, 2000.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. C. **Agroecologia e extensão rural: contribuição para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.** Brasília, DF: MDA/SAF/Dater – IICA, 2004.

CANTERLE, Nilsa Maria G. **O associativismo e sua relação com o desenvolvimento. Francisco Beltrão-PR,** Unioeste, 2004. Disponível em: <www.unioeste.br>. Acesso em: 16 jul. 2010.

CARMO, M. S. do; MAGALHÃES, M. M. Agricultura sustentável: avaliação da eficiência técnica e econômica de atividades agropecuárias selecionadas no sistema não convencional de produção. **Informações Econômicas,** São Paulo, v. 29, n. 7, p. 7-98, 1999.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD) 1988. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 430 p.

COELHO, C. N. **A expansão e o potencial do mercado mundial de produtos orgânicos.** Revista de Política Agrícola, ano 10, n.2, p.9-26, 2001

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, entrevista do diretor Silvio Porto. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/index.php>. Acesso em 14 mar. 2011.

COSTA, M. B. B. da; CAMPANHOLA, C. **A agricultura alternativa no estado de São Paulo**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 1997. 63p (Embrapa Meio Ambiente. Documentos, 7).

COUGHLAN, A. T. et al. **Canais de marketing e distribuição**. 6 Ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. 461 p. Inclui índice. ISBN 85-7307-974-6.

DAROLT, M. R. **O papel do consumidor no mercado de produtos orgânicos**. Agroecologia Hoje, Ano II, N. 7, fev/mar. p. 8-9, 2001.

DAROLT, M.R. **As Dimensões da Sustentabilidade: Um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba-PR**. Curitiba, 2000. Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná/ParisVII. 310 p.

DAVID, Jerry Roberto Campos. **Agricultura orgânica e o mercado verde no Brasil: mapeamento dos determinantes da vantagem competitiva nacional**. Fortaleza, Fundação Edson Queiróz, 2006. (Dissertação de Mestrado em Administração).

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 178p.1996.

FAO. **Faostat database results**. 2000. Disponível em <<http://apps.fao.org>>. Acesso em 10 out. 2003.

FARINA, E. M. M. Q.; MACHADO, E. L. Regulamentação governamental e estratégias de negócio no mercado brasileiro de frutas e legumes frescos. In: BELIK, W.; MALUF, R. S. **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização**. Campinas: IE/Unicamp, 2000, 161-181.

FARINA, E. M. M. Q.; MACHADO, E. L. **Government regulation and business strategies in the brazilian fresh fruit and vegetable market**. 1999. Disponível em: <www.ifama.org/conferences/9/1999/1999%20Congress/Forum%20Papers_PROCEDINGS/Farina_Elizabeth.PDF>. Acesso em: 10 jan. 2010.

FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E.; VICENTE, P. M. A. M.; **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. – Brasília: MDA, 2009.

FRANTZ, Walter. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**, 2002. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em: 16 jul. 2010.

FRIEDRICH, Nilton Miguel. **OS DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA PRODUÇÃO ORGÂNICA: ANÁLISE DO PROJETO CULTIVANDO AGUA BOA (CAB), NA BACIA DO PARANÁ 3**. [jul, 2011] Entrevistador: Roseli Bernardete Dahlem. UNESP, 2011. 1 arquivo digital (1h28min)

GASSON, Ruth; e ERRINGTON, Andrew. **The farm family business**. Wallingford, Cab International, 1993.

GHIZELINI, A. M. Políticas Públicas de Segurança Alimentar como processo de intervenção direta na produção e no consumo de alimentos no Brasil. In: Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, 7, 2006, Quito, Equador. **Anais**. Equador, 2006. Disponível em:

<<http://www.alasru.org/cdalasru2006/11%20GT%20Andr%C3%A9%20Michelato%20Ghizelini.pdf>>. Acesso em 18 mar. 2009.

GODOY, A. S. **A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de Empresas.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo. Vol. 35, Nº 4, p. 65-71, jul./ago. 1995.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura.** São Paulo: BRASILIENSE, 1985.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A; BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A. di.; BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001.

GUANZIROLI, C. E et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288 p. ISBN: 85-86435-54-6.

GUDYNAS, E. (2003). **Producción Orgánica em América Latina.** Observatório del Desarrollo: Crecimiento sostenido con énfasis exportador. CLAES, Montevideo, marzo. 7p. Disponible en <http://www.ambiental.net/biblioteca/GudynasOrganicoALatina2003.pdf>

HAMERSCHMIDT, Iniberto. Panorama da Agricultura Orgânica no Paraná. Coordenador de Agricultura Orgânica - Emater/Pr. Em Planeta Orgânico acessado dia 13 de maio de 2011. <<http://planetaorganico.com.br/site/index.php/panorama-da-agricultura-organica-no-parana/>> Acesso em 18 mar. 2011.

IBD. **Instituto Biodinâmico – Certificações.** São Paulo, 2011. Disponível em:<http://www.ibd.com.br/Info_Default.aspx?codigo=quem> Acesso em 10 abril. 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IEL; CNA; SEBRAE. **Estudo sobre a eficiência econômica e competitiva da cadeia agroindustrial da pecuária de corte no Brasil.** Brasília, DF: IEL, 2000 398p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA.
Perguntas Frequentes. Disponível em:
<http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&id=52&Itemid=83>. Acesso em 20 mar. 2011.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-IPARDES. **O Paraná: economia e sociedade.** Curitiba, Pr, 2010.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-IPARDES. Disponível em
<<http://www.ipardes.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=187>>. Acessado em 20 dez. 2010.

ITAIPU. **Metodologia e resultados 2003-2009**. Um modelo de ser para a sustentabilidade. CAB - Caderno Atualizado. 2010 – Cultivando Água Boa <http://www.cultivandoaguaboa.com.br/sites/default/files/iniciativa/cab_caderno_atualizado_nov2010.pdf> Acesso em 18 jan. 2010.

KATHOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001. 348

KOTLER, P. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1998. 725 p. ISBN 85-224-1825-X.

KNY, M. A.; SENNA, A. J. T.; BARATA, T. S.; CÉSAR, C.; CORRÊA, D. K. A.; GOULART, G. R.; KOEHLER, T. H. **Análise comparativa dos valores pessoais dos produtores e consumidores de produtos orgânicos**. In: Encontro anual da Anpad, 29. *Anais...* Brasília: Anpad, 2005.

LAMP, Herberto. Quatro Pontes. Produtora da Agricultura Familiar e Presidente da COOPERFAM. **OS DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA PRODUÇÃO ORGÂNICA: ANÁLISE DO PROJETO CULTIVANDO AGUA BOA (CAB), NA BACIA DO PARANÁ 3**. [jul, 2011] Entrevistador: Nelson de Castro Neto. UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2011. Arquivo digital 3 (27m).

LECERF, J-M. Pourquoi manger Bio ? Les arguments scientifiques. **Revue Nature et Progrès**, Paris, mai/août. 1994.

LENZ, SEMILDA. Quatro Pontes. Produtora da Agricultura Familiar e Presidente da APROMER. **OS DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA PRODUÇÃO ORGÂNICA: ANÁLISE DO PROJETO CULTIVANDO AGUA BOA (CAB), NA BACIA DO PARANÁ 3**. [jul, 2011] Entrevistador: Nelson de Castro Neto. UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2011. Arquivo digital 2 (17m).

LOURENZANI, Wagner Luiz. **Modelo dinâmico para a gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: UFSCar, 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos. (pg. 24)

MACHADO, M. D. **.Canais de Distribuição para Produtos da Agricultura Familiar: Um Estudo em Hortaliças**. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de São Carlos – SP, 2004.

MELLO, Sueli. Produtos certificados conquistam espaço dentro e fora do país. In: **Revista Problemas Brasileiros**, n.364, jul/ago 2004. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao_Id=188>. Acesso realizado em 09/11/2009.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **PRÓ-ORGÂNICO**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/>. Acesso realizado em 10/04/2011

MIYAZAWA, M.; KHATOUNIAN, C. A. & ODENATH-PENHA, L.A. Teor de nitrato nas folhas de alface produzida em cultivo convencional, orgânico e hidropônico. **Agroecologia Hoje**. Ano II, N. 7, Fev./Mar. 2001, p. 23.

NAVA, Evandro Jackson Redivo. **Estratégias de marketing junto ao mercado de consumo, para aquisição de alimentos orgânicos**: uma abordagem do mix de marketing. Florianópolis, UFSC, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2004.

NEVES, M. F. **Um modelo para planejamento de canais de distribuição no setor de alimentos**. São Paulo, 1999. 187 f. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. 158.

PROJETO CULTIVANDO ÁGUA BOA. **Revista_CAB_4.0.indd**. Disponível em <<http://www.cultivandoaguaboa.com.br>> Acesso em 21 de mar. 2010.

PRIMAVESI, Ana. **Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura**. São Paulo: NOBEL, 1997. 199 p

RAUPP, A. K. Políticas Públicas e Agroindústria de Pequeno Porte da Agricultura Familiar – considerações de experiências do Rio Grande do Sul. **Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade** – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA. **Quem somos**. Disponível em <<http://www.ecovida.org.br/?sc=SA002&stp=STP0002>> . Acesso realizado em 10 abril. 2011.

REZENDE, C. L. **O agronegócio dos alimentos orgânicos**. Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Agronegócios – MBA, Fundance – jul. 2005.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Paraná**: uma análise de 1950-2000. Tese de doutoramento. Unicamp. Campinas: 2005.

ROSEMBLOOM, B. **Canais de marketing: uma visão gerencial**. São Paulo. Editora Atlas, 2002.

RUAULT, C. **Evolução das redes profissionais de agricultores e formas de assessoria em agricultura biológica: quais os desafios para o desenvolvimento? o caso da Bretanha**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba: Ed. da UFPR, n.6, p.51-64, jul./dez., 2002.

SCHIMAICHEL, G. L; RESENDE, J. T.V. de. A importância da Certificação de Produtos Orgânicos no Mercado Internacional. **Revista Eletrônica Lato Sensu**. Ano 2, nº1, julho de 2007. Disponível em: <http://web03.unicentro.br/especializacao/Revista_Pos/P%C3%A1ginas/2%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Agrarias/PDF/1-Ed2_CA-Importa.pdf> Acesso em 21 de mar. 2010.

SCHMIDT, C. M. **Criação e apropriação de valor no sistema agroindustrial do vinho do Vale dos Vinhedos**. São Paulo, 2010. Tese de Doutorado (Administração) – Universidade de São Paulo, 2010

SCHMIDT, V.D.B. **Consumidores urbanos e agricultura orgânica**: entre discurso, intenção e gesto. 98 f. Dissertação de Mestrado em Agroecossistemas. Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SCHULTZ, G. **As cadeias produtivas de alimentos orgânicos do município de Porto Alegre/RS frente à evolução das demandas do mercado: lógica de produção e/ou de distribuição**, Porto Alegre, UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Dissertação de Mestrado, 2001.

SEBRAE. **Cartilha Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS**, 2009. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/622CBB8598A2EB538325764000649C2F/\\$File/NT0004294A.pdf](http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/622CBB8598A2EB538325764000649C2F/$File/NT0004294A.pdf)> Acessado em: 18 jan. 2010.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

SILVA, A. L. **A adoção de tecnologia de informação em canais de distribuição**: um estudo multicaso na utilização de EDI entre varejo e indústria agroalimentar. São Paulo, 1999. 155 f. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

SOUZA FILHO H.M. de Batalha, M.O. **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2005. 359 pg.

STERN, L. W.; EL-ANSARY, A. I. **Marketing channels**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1992. p621. ISBN 0-13-553736-3.

TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná. Curitiba, Paraná 2011. <http://portal.tecpar.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15&Itemid=128&lang=pt> Acesso 10 abril. 2011.

TEIXEIRA, Jodenir C. **Modernização da Agricultura no Brasil**: Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais. In: Revista eletrônica AGB/TL, ISSN 18082653, 2005, p.21-42. Disponível em: <www.cptl.ufms.br/agbtl>. Acesso em: 12-08-2009

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: 1987. ISBN 85-224-0273-6.

VEIGA, J. E. ; FAVARETO, A. ; AZEVEDO, C.M.A. ;BITTENCOURT, G.; VECCHIATTI, K. ; MAGALHÃES, R. ; JORGE, R. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**, Brasília: Convênio FIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001. 108 p. Disponível

WEICHERT, M. A.. **A agricultura de especialidades de alto valor do pequeno produtor**. Rio de Janeiro, 2003.

WEST, A. **Manufacturer/retailer relationship**. Handbook of retailing. England: Grower, 1988.

WILLER, H; KLICHER, L. (Eds.). **The World of Organic Agriculture**. Statistics and Emerging Trends 2009. IfOM, Bonn, FiBL, Frick, ITC, Geneva, 2009.

WILKINSON, John. **Agroindústria e perspectivas para a produção familiar no Brasil in Políticas Agrícolas**, Vol II, Num. 1, pp. 101-135, 1996.

WILKINSON, J. **Cadeias Produtivas para a Agricultura Familiar**. Revista de Administração da UFLA, 1999.

WILKINSON, John. **Distintos Enfoques e Debates sobre a Produção Familiar no Meio Rural**. Versão preliminar não corrigida. Rio de Janeiro. 2000.

WILKINSON, John. **From the dictatorship of supply to the democracy of demand?: Transgenics, organics and the dynamics of demand in the agro-food system**. Paper apresentado no X Congresso Mundial de Sociologia Rural. Rio de Janeiro, 2000b.

WILKINSON, Jonh. Mercados, **Redes e Valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008, p.14.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO PARA O PRODUTOR DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE DO PARANÁ

PROTOCOLO DE PESQUISA

Este trabalho é parte das obrigações do aluno Nelson de Castro Neto, aluno de mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Unioeste campus Toledo, para a conclusão da sua dissertação cujo título é: **“OS DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA PRODUÇÃO ORGÂNICA: ANÁLISE DO PROJETO CULTIVANDO AGUA BOA (CAB), NA BACIA DO PARANÁ 3.”**.

Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho foi avaliar as dificuldades e os benefícios da transformação da produção convencional para a orgânica para os agricultores envolvidos no modelo de sustentabilidade rural implantado a partir do projeto CAB, na Bacia do Paraná 3.

Objetivos Específicos

- a) Caracterizar o modelo de sustentabilidade rural implantado a partir do projeto CAB;
- b) Compreender a forma de comercialização integrada de produção orgânica proposta pelo projeto CAB;
- c) Levantar a representatividade da transformação da produção convencional para orgânica no que tange à agregação de valor da produção e da melhoria da qualidade de vida dos produtores envolvidos no projeto.

É importante ressaltar que as informações fornecidas na entrevista serão mantidas em sigilo e ao final do trabalho, será fornecido um sumário executivo com as principais conclusões obtidas.

A entrevista deve ser feita com uma pessoa que conheça a associação, o tema e a evolução nas propriedades rurais. Para auxiliar a entrevista, o aluno terá a mão uma cópia do questionário e fornecerá outra ao entrevistado, caso seja solicitada. Quando permitido, será utilizado um gravador e uma máquina fotográfica, para que a entrevista seja agilizada e registrada para que informações importantes não sejam perdidas. Caso contrário, serão feitas anotações durante a entrevista.

Os tópicos a serem discutidos serão colocados no início da entrevista e não será exercido nenhum tipo de influência nas respostas. O tempo máximo previsto para as entrevistas é de cerca de uma hora. Porém, dependendo da disponibilidade da pessoa entrevistada, esse tempo pode ser reduzido para aproximadamente 30 minutos.

Modelo de questionário a ser aplicado com produtores orgânicos familiares, do projeto Cultivando Água Boa – localizados no Oeste do Paraná.

DADOS GERAIS

NOME: _____ PROPRIEDADE: _____

INFORMAÇÕES DA LOCALIDADE

MUNICÍPIO: _____ LOCALIZAÇÃO: _____

*Este questionário é semi-estruturado e deverá ser respondido de acordo com a pergunta. Se houver mais de uma resposta, está deverá ser contemplada, mas sendo de forma decrescente com relação ao seu grau de importância.

DADOS DA PRODUÇÃO

1. Quem é o responsável pela gestão das atividades produtivas? _____.

1. Proprietário; 2. Administrador; 3. Arrendatário; 4. Assentado;
5. Outro: _____.

2. Sexo? _____. 1. M; 2. F.? Idade? _____.

3. Qual a área total da propriedade? _____. *Em metros quadrados.
e da produção? _____. *Em metros quadrados.

4. Quanto tempo participa do projeto Cultivando Água Boa? _____. *em meses.

5. Há quanto tempo a produção é orgânica? _____. *em meses.

6. A produção é totalmente orgânica? _____ 1. Sim; 2. Não.

7. A produção é certificada? _____. 1. Sim; 2. Não.

8. Quanto tempo tem de certificação? _____. *em meses.

9. Caso ainda não tenha, mas está em processo, qual é a previsão para a certificação? _____. *em meses.

10. Qual é o órgão ou selo certificador? _____. *Catalogar. É 1. participativa; 2. auditada
3. ambas? _____. 1; 2 e 3.

11. Quais são as culturas produzidas na propriedade? _____ * Catalogar

1. Olericultura; 2. Flv; 3. frutas; 4. grãos; 5. horatliças; 6. tubérculos.

12. Onde busca as informações e conhecimentos produtivos para a produção orgânica? _____.

1. associações; 2. sindicatos; 3. cooperativas; 4. reunião de produtores; 5. fornecedores; 6. prefeitura (Casa da agricultura ou secretaria/extensão); 7. Embrapa; 8. Emater; 9. Sebrae; 10.

jornal/revista; 11. TV; 12. Internet; 13. feiras 14. profissionais autônomos; 15. amigos/vizinhos; 16. intermediário; 17. Autodidata; 18. Família; 19. Outros _____; 20. não busca.

13. Mantém parceria com consultores técnicos ou instituições? _____.

1. associações; 2. sindicatos; 3. cooperativas; 4. reunião de produtores; 5. fornecedores; 6. prefeitura (Casa da agricultura ou secretaria/extensão); 7. Embrapa; 8. Emater; 9. Sebrae; 10. jornal/revista; 11. TV; 12. Internet; 13. feiras 14. profissionais autônomos; 15. amigos/vizinhos; 16. assistência técnica; 17. Autodidata; 18. Família; 19. Outros _____; 20. não busca.

14. Gostaria de buscar uma parceria técnica para melhorar a produção orgânica? _____.

1. Sim; 2. Não. Com quem? _____.

1. associações; 2. sindicatos; 3. cooperativas; 4. reunião de produtores; 5. fornecedores; 6. prefeitura (Casa da agricultura ou secretaria/extensão); 7. Embrapa; 8. Emater; 9. Sebrae; 10. jornal/revista; 11. TV; 12. Internet; 13. feiras 14. profissionais autônomos; 15. amigos/vizinhos; 16. assistência técnica; 17. Autodidata; 18. Família; 19. Outros _____; 20. não busca.

DADOS DE COMERCIALIZAÇÃO

15. Você possui orientação sobre os locais de comercialização? _____ 1. Sim; 2. Não

16. Você possui orientação sobre as embalagens para a comercialização? _____ 1. Sim; 2. Não.

17. Você possui orientação sobre a formação de preços para a comercialização? _____ 1. Sim; 2. Não.

18. Para quem vende seus produtos? _____.

1. intermediários; 2. cooperativas; 3. associações; 4. varejo; 5. atacado; 6. venda direta ao consumidor; 7. venda direta por programas governamentais; 8. Circuito integrado de vendas. 9. Outros. _____.

19. Vende direto ao consumidor? _____ 1. Sim; 2. Não. Como comercializa pela forma direta? _____ . feiras livres; 2. feiras específicas; 3. cestas verdes; 4. na propriedade; 5. Mercados sazonais orgânicos. 6. sistema de colha e pague. Qual é a Frequência que se comercializa? _____. 1. diária; 2. semanal; 3. quinzenal; 4. mensal; 5. anual. Como é a forma de comercialização no varejo? _____. 1. consignado; não comercializa; Como é a forma de comercialização no atacado? _____. 1. consignado; 2. vendido; 3. não comercializa.

20. Quais são as principais dificuldades na comercialização de seus produtos? _____.

1. dificuldades em encontrar compradores; 2. dificuldades na falta de conhecimento do produto pelo consumidor; 3. dificuldades para transportar a produção. 3. dificuldades em se atualizar sobre preços. 4. dificuldade para atender as exigências. 4. falta de condições para armazenar a produção; 5. Outros _____.

21. Quais são as principais dificuldades na comercialização de seus produtos no varejo?
_____.

1. dificuldades em encontrar compradores; 2. dificuldades na falta de conhecimento do produto pelo consumidor; 3. dificuldades para transportar a produção. 3. dificuldades em se atualizar sobre preços. 4. dificuldade para atender as exigências. 4. falta de condições para armazenar a produção; 5. não tenho oferta suficiente; 6. não tenho interesse no varejo. 6. Outros _____.

22. Qual é a vantagem da cooperativa iniciada com o projeto CAB? _____. *Catalogar

23. A ITAIPU orienta na comercialização? _____. 1. Sim; 2. Não.

DADOS TÉCNICOS DA PRODUÇÃO

24. Participa, já participou ou tem interesse em participar de sindicatos, associação ou cooperativa? _____. 1. Sim; 2. Não. Qual? _____.

25. Se sim, quais as vantagens oferecidas? _____.

1. treinamento 2. informações 3. acesso ao mercado 4. vantagens competitivas 5. Outro motivo _____.

26. Conhece as leis para os produtos/produção de hortaliças orgânicas? _____. 1. Sim; 2. Não.

COMPORTAMENTO DOS CLIENTES

27. Você sabe onde seus produtos são comercializados? _____. 1. Sim; 2. Não.

28. Quais as principais características do produto que o consumidor de compra direta exige?
_____.

1. aparência; 2. regularidade de entrega; 3. limpeza e higiene; 4. alimento saudável; 6. variedades; 7. sabor; 8. outros.

LOGÍSTICA E MARKETING

29. No caso de não ter produto suficiente, quais é o principal motivo?

1. falta de insumos; 2. problemas na produção; 3. Falta de um planejamento; 4. Falta de regularidade do setor; 5. Capacidade de produção; 6.falta de mão de obra; 7.tamanho da propriedade. 8.Outros_____.

30. Como é o transporte dos seus produtos da propriedade até os canais de distribuição?_____. 1. Ótimo; 2. Bom; 3. Regular; 4. Ruim.

31. Quem faz o transporte?_____. 1. Próprio; 2.Terceirizados; 3.Associações.

32. Realiza algum tipo de processamento na propriedade – Minimamente processado?_____.

1. empacotamento; 2. lavagem; 3. cortes; 4. refrigeração; 5. outros_____.

TENDÊNCIAS

33. Pretende continuar na atividade de produção orgânica? _____. 1. Sim; 2. Não.

34. Desde quando iniciou a produção de orgânicos, qual foi a principal mudança nesta transformação da produção? _____.

1. melhores rendimentos; 2. melhores oportunidades de mercado; 3. uma maior aproximação com os consumidores; 4. um maior interesse dos familiares para o negócio. 5. uma maior agregação de valor da produção. 6. uma maior valorização do pequeno produtor. 7. um aumento de produção; 8. um aumento nas vendas; 9. Uma produção saudável para todos os envolvidos. 10. ainda não percebi os benefícios; 11. não saberia responder; 12. outra resposta _____.

35. Você acredita na produção orgânica e no seu maior consumo? _____. 1. Sim; 2. Não.
Por quê?_____.

1. melhores rendimentos; 2. melhores oportunidades de mercado; 3. uma maior aproximação com os consumidores; 4. um maior interesse dos familiares para o negócio. 5. uma maior agregação de valor da produção. 6. uma maior valorização do pequeno produtor. 7. melhor qualidade de produtos; 8. alimentação saudável por parte dos consumidores; 9. outra resposta_____.

36. A produção orgânica trouxe uma valorização para a produção e trabalho? E quais são os pontos positivos?

_____.

37. Quais são os pontos positivos e negativos da agricultura orgânica familiar?

38. Quais as perspectivas, tendências e desafios para o mercado de orgânicos e para a pequena propriedade rural? E qual é a expectativa do Projeto CAB?

39. Qual foi o principal ganho para a família na transformação da produção convencional ou tradicional para a produção orgânica?

40. Qual é a principal dificuldade para a família na transformação da produção convencional ou tradicional para a produção orgânica? _____.

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.

Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

C355d Castro Neto, Nelson de
Os desafios e potencialidades da produção orgânica :
análise do Projeto Cultivando Água Boa (CAB) , na Bacia do
Paraná 3 / Nelson de Castro Neto -- Toledo, PR : [s. n.], 2011.
100 f.

Orientadora: Dra. Rúbia Nara Rinaldi
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e
Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas

1. Agricultura familiar 2. Agricultura orgânica 3. Bacia
hidrográfica do Paraná 3 – Conservação e manejo 4. Água –
Conservação 5. Agricultura sustentável 6. Produtos orgânicos –
Mercado 7. Proteção ambiental 8. Desenvolvimento rural
sustentável I. Rinaldi, Rúbia Nara, Or. II. T.

CDD 20. ed. 338.1098162
631.584